



Instituto Politécnico de Viseu

Escola Superior de Educação de Viseu

Inês Cardoso Garcia

Tomada de decisão dos técnicos da CPCJ na aplicação de Medidas de Promoção e Proteção

Inês Cardoso Garcia

Tomada de decisão dos técnicos da CPCJ na
aplicação de Medidas de Promoção e Proteção

Projeto de Mestrado

Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco

Trabalho efectuado sob a orientação de
Professora Doutora Rosina Fernandes
e coorientação de
Professora Doutora Emília Martins



Março de 2018



INSTITUTO POLITÉCNICO DE VISEU

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE VISEU

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE CIENTÍFICA

Inês Cardoso Garcia, Número 11811 do curso Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco declara sob compromisso de honra, que o Projeto Final é inédito e foi especialmente escrito para este efeito.

Viseu, 10 de novembro de 2017

O aluno, Inês Cardoso Garcia

Agradecimentos

A finalização deste projeto é a realização de um dos meus objetivos pessoais e profissionais. Como tal, este espaço é dedicado a todos aqueles que me apoiaram incondicionalmente para que este sonho se tornasse possível. Deste modo, é um prazer e um orgulho enunciar cada um deles procedendo ao devido reconhecimento.

À minha orientadora Professora Doutora Rosina Fernandes e coorientadora Professora Doutora Emília Martins, agradeço a disponibilidade em todas as fases de realização deste projeto, assim como a prontidão no esclarecimento das minhas dúvidas e incertezas e no fornecimento de material de apoio.

Aos profissionais que se prontificaram e disponibilizaram do seu tempo para responder ao questionário que, de alguma forma, se tornaram elemento fulcral e imprescindível na realização deste projeto.

Aos meus amigos, colegas de trabalho e de mestrado que me deram o alento e coragem que me faltou em momentos tão difíceis.

E, por fim, à minha família, sem eles nada disto seria possível. A eles pai, mãe, irmã, cunhado e querido sobrinho, agradeço os momentos de partilha e as palavras reconfortantes, foi nelas que me refugiei para continuar a trilhar este “caminho” e que nos momentos de maior angústia e desânimo me ajudaram a definir prioridades e a não desistir.

Todas as palavras serão insuficientes para manifestar a minha gratidão, por isso, a todos que, de uma forma direta ou indireta, contribuíram para esta nova etapa, muito obrigada.

Índice

INTRODUÇÃO.....	1
I - CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO	3
1.1- A criança como sujeito de direitos	3
1.2- Conceito de maus-tratos na infância e fatores de risco e proteção	4
1.3- Tipologia dos maus-tratos	9
1.4- Consequências dos maus-tratos no desenvolvimento das crianças/jovens.....	10
II-ENQUADRAMENTO LEGAL DA PROTEÇÃO DE CRIANÇAS/JOVENS EM PERIGO.....	13
2.1- Convenção dos Direitos das Crianças	13
2.2- Constituição da República Portuguesa	14
2.3- Código Civil	15
2.4- Código Penal	15
2.5- Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo	17
III- COMISSÕES DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS (CPCJ)	20
3.1- Modalidades, competências e funcionamento	20
3.2- Da criança em risco à criança em perigo: intervenção para a sua proteção	21
IV- O PROFISSIONAL NA TOMADA DE DECISÃO PARA PROTEÇÃO DA CRIANÇA/JOVEM EM PERIGO	24
4.1- Medidas de Promoção e Proteção.....	25
4.2-Tomada de decisão face às Medidas de Promoção e Proteção.....	28
V- APRESENTAÇÃO DO ESTUDO.....	33
5.1- Formulação da questão de estudo	33
5.2- Definição dos objetivos específicos	34
5.3- Sujeitos e contexto de estudo.....	34
5.4- Instrumentos	35
5.5- Procedimento	37
5.6- Procedimentos de análise dos dados.....	37
5.7 - Apresentação e discussão de resultados	
CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	46
ANEXOS.....	48
Anexo A: Cronograma do projeto de investigação.....	49

Anexo B – Questionário de Avaliação – Tomada de decisão dos Técnicos da CPCJ na aplicação de Medidas de Promoção e Proteção.	51
Anexo C - Pedido de colaboração para aplicação do instrumento de recolha de dados	59
Anexo D - Consentimento informado para aplicação do questionário	61

Índice de Figuras

Figura 1. Modelo ecológico dos fatores de risco de maus tratos (Santos, 2012).	6
Figura 4- Pirâmide da subsidiariedade (Oliveira, 2014).....	18
Figura 5- Número de sinalizações (processos iniciados) por tipologia da situação de perigo (CNPCJR,2017).....	22
Figura 6 - Representação gráfica das respostas obtidas face às MPP	39

Índice de Tabelas

Tabela 1- Fatores de risco associados à perpetuação dos maus tratos (APAV,2001)	8
Tabela 2- Consequências da experiência de vitimação por maus tratos (APAV,2001) .	11

Lista de Siglas

APP- Acordo de Promoção de Proteção

CC- Código Civil

CDC- Convenção dos Direitos da Criança

CNPCJR- Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco

CP- Código Penal

CPCJ- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

CPM- Comissão de Proteção de Menores

CRP- Constituição da República Portuguesa

ECMIJ- Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude

IPSS- Instituição Particular de Solidariedade Social

LPCJP- Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

MP- Ministério Público

MPP- Medidas de Promoção e Proteção

RLIS- Rede Local de Intervenção Social

SAAS- Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social

TGP- Técnico Gestor do Processo

Resumo

O presente projeto de investigação, desenvolvido no âmbito do Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco, visa essencialmente compreender de que forma é que os técnicos afetos às Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) deliberam a sua decisão no âmbito da implementação das Medidas de Promoção e Proteção (MPP) de crianças ou jovens que se encontrem perante uma situação de perigo. Para a realização desta investigação, optou-se por efetuar um estudo de caso numa CPCJ da zona Centro do país. Foram apresentados, aos 10 técnicos que a integram, dois acórdãos judiciais relativos a processos de promoção e proteção, sobre os quais tiveram de se pronunciar. Procurou-se perceber o grau de concordância/discordância entre as medidas decretadas pelo tribunal e o posicionamento dos profissionais inquiridos, bem como explorar os motivos subjacentes à sua tomada de decisão. Os resultados não evidenciam diferenças entre as opiniões dos técnicos da CPCJ e a decisão decretada pelo tribunal num dos casos em análise. Porém, no outro caso analisado, registaram-se algumas divergências, tendo por base as características pessoais e familiares das crianças envolvidas. Em ambas as situações, técnicos inquiridos e tribunais tenderam preferencialmente para medidas em regime de colocação.

Palavras – Chave: Crianças/Jovens em Perigo; Técnicos da CPCJ; Tomada de Decisão; Medidas de Promoção e Proteção

Abstract

This research project, developed within the scope of the Master's Degree in Psychosocial Intervention with Children and Young People at Risk, aims essentially to understand how the technicians involved in the Commissions for the Protection of Children and Young People (CPCJ) deliberate their decision in the implementation of the Promotion and Protection Measures (MPP) of children or young people facing a dangerous situation. To carry out this research, we chose to carry out a case study in a CPCJ in the central area of the country. A total of 10 judicial judgments on promotion and protection cases were presented to the 10 technicians who were involved. We sought to understand the degree of agreement / disagreement between the measures decreed by the court and the positioning of the professionals interviewed, as well as explore the reasons behind their decision-making. The results do not show differences between the opinions of CPCJ technicians and the decision decreed by the court in one of the cases under analysis. However, in the other case analyzed, there were some discrepancies, based on the personal and family characteristics of the children involved. In both situations, interviewed technicians and courts tended preferentially for measures under placement regime.

Keywords: Children/Young People in Risk; CPCJ Technician; Decision-making; Measures of Promotion and Protectio

INTRODUÇÃO

O presente projeto de investigação é realizado no âmbito do Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco, da Escola Superior de Educação de Viseu. A elaboração deste trabalho intitulado de “Tomada de decisão dos técnicos da CPCJ na aplicação de medidas de promoção e proteção” partiu da vontade em analisar e refletir a intervenção da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), entidade de 2.ª linha, enquanto principal promotora e defensora dos direitos das crianças e jovens em risco/perigo.

O estudo apresentado visa compreender a tomada de decisão dos técnicos que se encontram envolvidos neste processo tomam a sua decisão em relação à Medida de Promoção e Proteção (MPP) a aplicar e, por sua vez, quais os racionais apontados como primordialmente relevantes para o efeito.

Neste sentido, e para responder a esta questão de partida, recorreu-se a um estudo de caso, que envolveu os 10 técnicos da comissão restrita que integram presentemente uma CPCJ da região Centro do país. São profissionais de diversas áreas do saber, nomeadamente técnicos da área social, como assistentes sociais, psicólogos, sociólogos e educadores sociais, bem como técnicos da área da saúde e da educação. A recolha de dados implicou a seleção de dois acórdãos que citavam contornos claros acerca do percurso de vida das crianças e jovens neles representados. De salientar, que no processo de seleção se teve a preocupação de eleger dois acórdãos com pareceres distintos, mas ambos referentes a medidas em regime de colocação. Os acórdãos foram apresentados aos vários técnicos da CPCJ, num inquérito por questionário e compararam-se as decisões dos técnicos com a deliberação constante na decisão emitida pelo Ministério Público (MP). Analisaram-se ainda os motivos subjacentes à tomada de decisão. O trabalho foi organizado em 5 capítulos:

O capítulo I pretende enquadrar o tema em análise, começando por uma breve retrospectiva histórica acerca da evolução do conceito de criança e da legitimação enquanto sujeito de direitos, passando de seguida para uma abordagem do conceito de maus-tratos na infância, as suas diferentes tipologias e consequências no desenvolvimento das crianças e jovens.

O capítulo II aborda alguns dos mais importantes diplomas legais que convergem para a promoção e proteção dos direitos das crianças, nomeadamente a Convenção dos Direitos das Crianças de 1949, a Constituição da República Portuguesa (CPR), o Código Civil e Penal e, por último, a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP).

O capítulo III incide nas modalidades e competências das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (CPCJ), assim como no subtema da criança em risco à criança em perigo protegida por aquela entidade.

O capítulo IV dará especial ênfase à prática profissional dos técnicos que desempenham funções no âmbito desta matéria e, por sua vez, aos fatores que condicionam a sua tomada de decisão.

O capítulo V refere-se à apresentação do estudo, do qual constam os seguintes tópicos: formulação da questão de estudo; definição dos objetivos específicos; identificação e caracterização dos sujeitos e do contexto de estudo, apresentação dos instrumentos de recolha de dados, procedimento e análise de dados e, finalmente, apresentação e discussão dos resultados.

Por fim, as considerações finais concentram as principais sínteses e críticas reflexivas que foram possíveis de estruturar através da conciliação da revisão da literatura com a análise dos dados obtidos. Neste capítulo reconhecem-se também as principais dificuldades sentidas na realização da investigação, de forma a ajudar ou trilhar novos caminhos de pesquisa para investigações futuras.

I - CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO

1.1- A criança como sujeito de direitos

O conceito de infância e de maus tratos que vigora presentemente tem sido alvo de inúmeras transformações e adaptações que permitem hoje afirmar que nos deparamos perante uma maior consciencialização acerca desta problemática.

Até bastante tarde, as crianças foram vistas como seres inferiores sem quaisquer direitos e estatuto social reconhecido. Eram completamente ignoradas pela sociedade sendo comum a prática de abusos e maus-tratos que hoje se traduzem em atos bárbaros e cruéis (Reis, 2009).

Um dos abusos que eram praticados (...) de forma reiterada era o infanticídio, ato que se prendia com questões de ordem religiosa. Assim, as crianças eram torturadas e o direito à vida era posto em causa para eliminar filhos ilegítimos, recém-nascidos prematuros ou com malformações, ou ainda como um modo de controlo de natalidade. (Magalhães 2002, cit. por Reis, 2009, p.15)

No decorrer do século XX, Phillipe Áries (com a sua célebre obra *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*) e Loyde de Mause, afirmaram-se como autores pioneiros na reflexão e debate acerca desta temática visto que até ao século XVII o conceito de infância era desconhecido (Batista, 2011). Sir Tomas More, Lock e Rosseau são exemplos de outros autores que se juntam a esta causa e que defendem a abolição dos castigos corporais infligidos às crianças. Apelam ao reconhecimento da criança como um ser digno de direitos, detentor de múltiplas capacidades (Reis, 2009). De Mause (1991, cit. por Batista, 2011) defende que este desinteresse inicial era visto como falta de maturação emocional que impedia os adultos de ver as crianças como um ser de direitos sujeitando-as a situações menos dignas. Esta evolução passou de um conceito difuso e desconhecido de infância para uma concetualização onde a criança ocupa um lugar central no seio familiar. Com efeito, “nos anos 70 surgem sinais de mudança em relação ao entendimento da posição das crianças na sociedade” (Oliveira, 2016, p.10). Segundo o mesmo autor, nos anos 80 “incendiam-se” debates que abordam o modelo desadequado de conceção de infância, propondo a autonomia concetual desta categoria. Neste âmbito, a *teoria da estruturação* de Giddens vem dar suporte teórico ao nascimento de um novo

paradigma que defende que a criança, tal como os adultos, tem direito a exercer uma participação ativa na sociedade (James, 2009, cit. Oliveira, 2016).

Esta mudança de perspectiva desde a Antiguidade até à atualidade foi fundamental para que hoje entendamos a criança como um sujeito de direitos.

1.2- Conceito de maus-tratos na infância e fatores de risco e proteção

Ao entendermos a criança como um ser de direitos, também se perspectiva a noção de maus-tratos, nomeadamente quando aqueles não são garantidos.

Segundo Martins (2008, cit. por Reis, 2009, p. 44) "uma das primeiras definições sobre maus-tratos, aparece em 1968, quando Gil (1970) designa os maus-tratos como abuso, e os definiu como agressão ou danos físicos não acidentais infligidos à criança pelos seus responsáveis". De acordo com Magalhães (2005, p.33) podemos definir maus-tratos como:

qualquer forma de tratamento físico e (ou) emocional, não acidental e inadequado, resultante de disfunções e (ou) carências nas relações entre crianças ou jovens e pessoas mais velhas, num contexto de uma relação de responsabilidade, confiança e (ou) poder. Podem manifestar-se por comportamentos ativos (físicos, emocionais ou sexuais) ou passivos (omissão ou negligência nos cuidados e (ou) afetos). Pela maneira reiterada como geralmente acontecem, privam o menor dos seus direitos e liberdades afetando, de forma concreta ou potencial, a sua saúde, desenvolvimento (físico, psicológico e social) e (ou) dignidade.

Contudo, foi em 1860, com Ambroise Tardieu, que surgem os primeiros estudos acerca desta problemática e que mais tarde criaram impacto na comunidade científica.¹ O professor de medicina legal estabeleceu as bases do conceito de mau trato infantil através de um estudo que contou com a participação de trinta e duas crianças e cujas justificações dadas pelos pais não eram de todo coincidentes com os exames clínicos (Reis, 2009).

¹ Foi em 1961 na conferência de Kempe nos E.U.A, que surge pela primeira vez, a expressão criança batida. Em 1965 com a revisão da literatura, surge uma nova terminologia *Child Abuse* (criança abusada) que expande a outras tipologias de maus-tratos que não apenas o físico.

A incidência desta problemática começou a despertar interesse e a consciencializar cada vez mais a opinião pública que por sua vez, despertou para a necessidade de criar associações que tinham como lema a prevenção da violência contra as crianças. Uma destas associações é a “*Society for Prevention for Cruelty to Children*”. Fundada em Nova Iorque, esta associação partiu do conhecimento de um caso de maus tratos que era praticado contra uma menina de quatro anos (Reis, 2009).

Esta evolução permitiu que hoje se considere que “qualquer criança é um ser único, mas igual a todas as outras crianças como tal, todas devem receber os cuidados necessários à sua saúde, bem-estar, e desenvolvimento, sendo-lhes garantido, simultaneamente, que os seus direitos sociais, económicos e cívicos sejam respeitados” (Barudy, 1998, cit. por Batista, 2011, p. 5). “Toda a ação ou omissão praticados por indivíduos ou pela sociedade em geral, que prive a criança destes cuidados, entrarão na categoria dos chamados maus-tratos” (Perdigão, 2009, cit. por Batista, 2011, p. 5).

Este tipo de comportamentos pode desencadear-se em diversos contextos, nomeadamente familiar, institucional e ou social, variando de acordo com a cultura e a época em que ocorrem (Magalhães, 2005). Segundo o mesmo autor, por norma, a maioria das ocorrências sucede num contexto próximo ao da vítima, ou seja, intrafamiliar sendo, frequentemente, praticado por um elemento próximo que desempenha o papel de cuidador. As características deste espaço dificultam a sinalização e diagnóstico dada a relação de dependência emocional, económica e afetiva que a vítima estabelece com o agressor. A conjugação destes fatores facilita a perpetuação dos maus tratos (Magalhães, 2005). Contudo, estes atos não se restringem somente ao contexto domiciliário podendo ser praticados por pessoas ou entidades alheias ao seio familiar e que, de algum modo, estabelecem contacto com a criança, por exemplo, em creches, jardim-de-infância, outros estabelecimentos de ensino, associações desportivas, Atividades de Tempo Livre ou instituições de acolhimento (APAV, 2011).

Desconhecem-se as causas que levam o perpetrador à prática dos maus tratos, contudo, subsistem elementos internos e/ou externos suscetíveis de perturbar o saudável e integral desenvolvimento da criança (Santos, 2012). Estes fatores não são deterministas pois à partida não apresentam uma leitura linear, porém, apresentam uma natureza probabilística e estatística uma vez que, funcionam cumulativamente. Por exemplo, um progenitor portador de uma doença mental ou dependente de substâncias

ilícitas não conduz a que uma criança ou jovem se encontre em situação de risco logo não se trata de uma situação causa-efeito, todavia, aumenta as probabilidades comparativamente aos jovens que não se deparam com esta realidade. Em suma, "estes fatores de risco não representam a causa para os maus tratos dirigidos às crianças e jovens, mas afiguram-se enquanto condições que, especialmente se conjugadas, aumentam a probabilidade de a criança ou jovem ser exposta a situações de violência" (APAV, 2011, p.21). A explicação destas situações não se centra apenas numa dimensão. Numa tentativa de explicar a ação recíproca dos diversos fatores, a WHO (2006, cit. por Santos, 2012) sugere um “modelo ecológico do maltrato infantil” que se encontra representado na Figura 1. Este modelo defende que os indivíduos estão conectados entre os vários sistemas dos quais exercem influências diretas ou indiretas (Reis, 2009).



Figura 1. Modelo ecológico dos fatores de risco de maus tratos.
Retirado de “Tomada de decisão de profissionais sobre a retirada de menores à família biológica”, de A. Santos, 2012, p. 12.

Estes fatores, conforme ilustra a Figura 1 acima representada, estão subdivididos em quatro grupos nomeadamente, os fatores de risco individuais, ou seja, inerentes à própria criança/jovem dos quais se destaca problemas de saúde e/ou comportamentais, características físicas como o sexo ou a idade prematura, alterações do sono entre outros. Algumas destas características podem despoletar no cuidador indicadores de stress que por sua vez, desencadeiam os maus-tratos (CNPCJR, s.d.). No entanto, por exemplo, em relação ao comportamento da criança, Peirson et al. (2001, cit. por Pereira, s.d., p. 115)

referem que os resultados obtidos em diversos estudos com crianças vítimas de mau trato não são suficientemente consistentes de forma a que se possa afirmar que um padrão de comportamento mais disruptivo por parte da criança seja licitador de comportamentos desadequados por parte dos cuidadores. Contudo, outros autores mencionam que algumas formas de mau trato, particularmente o mau trato físico, são suscetíveis de serem elicitados por um comportamento «difícil» da criança, podendo, este último constituir-se como um fator de vulnerabilidade.

Os fatores de risco relacionais repercutem-se na forma como a criança interage com os elementos que lhe são mais próximos. Desta forma, estão inteiramente relacionados com a qualidade do relacionamento que se faz sentir no seio familiar, por exemplo, violência na família de origem, conflitos conjugais, desestruturação familiar originada pela relação pobre entre a tríade pai/mãe/filho. Identificam-se ainda os fatores de risco comunitários dos quais se exemplificam a relação entre vizinhos, grupo de pares e, num nível mais distal, surgem os fatores sociais como o desemprego, pobreza, isolamento social que podem incentivar também à marginalidade e violência (CNPCJR, s.d.).

Na tabela 1 encontram-se sistematizados exemplos dos fatores de risco em função das categorias que temos vindo a descrever.

Por outro lado, existem os fatores protetores que promovem e defendem o desenvolvimento saudável. Estes têm a capacidade de modificar, melhorar, ou diminuir o impacto negativo e a repercussão do risco. A par deste conceito está inteiramente associado o conceito de resiliência sendo que se destacam como indivíduos resilientes aqueles que em situação de alto risco não apresentam sinais de perturbação demonstrando uma total capacidade de mudança e adaptação (CNPCJR, s.d.). Talentos especiais, forte vínculo com a figura de apego, sucesso escolar ou boa capacidade de socialização são exemplos de alguns fatores de proteção na infância ao nível individual, da família e da comunidade. Autoconceito e autoestima, temperamento e comportamento da criança, capacidade de resolução de problemas e competências sociais, são exemplos de alguns fatores de proteção ao nível da criança (Pereira, s.d.).

Tabela 1

Fatores de risco associados à perpetuação dos maus tratos

FACTORES INDIVIDUAIS	FACTORES RELACIONAIS	FACTORES COMUNITÁRIOS	FACTORES SOCIAIS
<ul style="list-style-type: none"> - Principais prestadores de cuidados: progenitores; companheiros dos progenitores - Sexo feminino - Jovens/menos idade - Menor escolaridade - Desemprego - Traços de personalidade problemáticos: imaturidade; impulsividade; agressividade; temperamento violento; reduzida tolerância à frustração e ao stress - Perturbações emocionais: ansiedade; depressão - Baixa auto-estima - Consumos/dependência de álcool, drogas e problemas de jogo patológico - Comportamentos anti-sociais - Problemas de saúde física e mental - Reduzidas competências cognitivas <ul style="list-style-type: none"> · Dificuldades na resolução de problemas - História de vitimação na infância e adolescência - Atitudes legitimadoras do recurso à violência no contexto de relações desiguais entre crianças/jovens – adultos <ul style="list-style-type: none"> · Aceitação e utilização da punição física como método legítimo e eficaz de educação - Expectativas realistas relativamente ao comportamento e capacidade dos filhos <ul style="list-style-type: none"> · Desconhecimento das etapas de desenvolvimento e das necessidades das crianças e jovens 	<ul style="list-style-type: none"> - Ausência de suporte e auxílio formal e/ou informal - Baixo NSE da família - Precariedade das condições habitacionais - Desorganização familiar: ausência de coesão familiar, de regras e de limites - Elevado número de filhos <ul style="list-style-type: none"> · Nascimento de gémeos - Monoparentalidade/gravidez na adolescência - Mudanças na composição familiar <ul style="list-style-type: none"> · Casamento em segundas núpcias/novos companheiros dos cuidadores - Conflito e divórcio conjugal - Violência na família, incluindo violência conjugal - Falta de competências educativas parentais - Práticas educativas parentais excessivamente punitivas ou permissivas - Problemas na gestão da disciplina exercida sobre a criança ou jovem - Dificuldade na resposta às necessidades fundamentais da criança ou jovem - Relação pobre entre a criança ou jovem e o cuidador <ul style="list-style-type: none"> · Comunicação agressiva e coerciva · Ausência de afetividade · Rejeição da criança ou jovem - Vinculação insegura entre a criança ou jovem e o cuidador primário <ul style="list-style-type: none"> · Gravidez não desejada - Percepção negativa do cuidador em relação à criança ou jovem 	<ul style="list-style-type: none"> - Elevados níveis de pobreza, de violência e de criminalidade - Elevada mobilidade populacional - Desemprego e poucas oportunidades económicas - Sobrelotação do espaço físico - Deterioração física da comunidade e das suas estruturas - Desorganização social entre os elementos da comunidade e os seus recursos <ul style="list-style-type: none"> · Ausência de coesão e solidariedade 	<ul style="list-style-type: none"> - Desigualdades sociais em função do género - Normas culturais associadas aos papéis de género e à relação hierárquica entre pais e filhos - Valores culturais e sociais apologistas do recurso à violência - Ausência ou ineficácia de políticas de apoio à família e de protecção à infância e adolescência - Ineficácia da resposta judicial e policial perante caso de maus tratos contra crianças e jovens - Ineficácia ou ausência de respostas sociais

Retirado de “Manual Crianças e Jovens vítimas de violência: compreender, intervir e prevenir”, de APAV, 2001, p. 26.

1.3- Tipologia dos maus-tratos

Paralelamente à evolução do conceito de infância, o conceito de maus tratos também tem sofrido algumas alterações. Alheio a estatuto socioeconómico ou cultural, a prática deste crime não se circunscreve somente a famílias economicamente desfavorecidas ou disfuncionais, pese embora, estes fatores se evidenciem como fatores de risco, como vimos no ponto anterior. Por outro lado, a multiplicidade de categorias dificulta uma definição única e concreta desta prática traduzindo-se numa potencial ameaça para a criança ou jovem que os vivencia (Batista, 2011).

Na literatura é consensual a categorização dos maus tratos da seguinte forma: i) mau trato físico, que consiste em infligir traumatismos com o objetivo de causar dor e danos físicos à criança, podendo em casos extremos ser mortal (Reis, 2009); ii) mau trato psicológico ou emocional, que não deixa marcas físicas visíveis dificultando, assim, a sua deteção e diagnóstico, e provoca ainda graves consequências ao nível das perturbações funcionais, cognitivas, afetivas, comportamentais, bem como alterações do foro psicológico (Reis 2009); iii) na ótica de Gil e Lucas (1998, cit. por Reis, 2009) o abuso sexual caracteriza-se por atos violentos praticados por pessoas mais velhas, nomeadamente “atividades sexuais com crianças e adolescentes dependentes e imaturos que não compreendem essas práticas na totalidade, sendo incapazes de dar o consentimento informado e que violam as regras sociais aceites e os papéis familiares (p. 74); iv) e, finalmente, segundo Magalhães (2005, p. 34) a negligência que se refere a um comportamento regular de omissão, relativamente aos cuidados a ter com um menor, não lhe sendo proporcionada a satisfação das suas necessidades em termos de cuidados básicos de higiene, alimentação, segurança, educação, saúde, afeto, estimulação e apoio.

“Pode ser um ato voluntário ou não, e pode ocorrer a diversos níveis, nomeadamente intra-uterino, físico, emocional e escolar. São também disso exemplos a mendicância e o abandono (Magalhães, 2005, cit. por Santos, 2012, p. 10).

Para além dos abusos referidos nos pontos acima existem outros, como a Síndrome de Munchausen por Procuração, exploração do trabalho infantil, prostituição infantil, corrupção e mau trato institucional.

1.4- Consequências dos maus-tratos no desenvolvimento das crianças/jovens

De certo, que a retirada de uma criança à família biológica é um processo delicado, extremo e, como tal, apenas deverá ser aplicado quando a vida do menor está verdadeiramente em perigo. Porém, a continuidade e a permanência na família de origem leva a questionarmo-nos, se não acarretará implicações pejorativas no desenvolvimento da criança (Batista,2011).

É do senso comum que a família se constitui como o primeiro agente de socialização, responsável pela transmissão dos valores, crenças e ideais. Igualmente é na estrutura familiar que se encontra conforto, confiança e proteção, para alcançar um desenvolvimento harmonioso e saudável. Porém, nem sempre a família é sinónimo de um "refúgio seguro" pois a existência de conflitos e tensões emocionais, desencadeia graves implicações no desenvolvimento da criança e jovem (Delgado, 2006, cit. por Sousa, 2013). Tais implicações, podem ser reversíveis ou irreversíveis a curto e a longo prazo no processo de desenvolvimento da criança e/ou jovem consoante o grau de gravidade e durabilidade ao longo do tempo (Figueiredo, 1998, cit. por Batista, 2011).

De salientar, que toda e qualquer prática de mau trato atenta de forma direta no bem-estar, segurança, dignidade e desenvolvimento saudável e integral da criança/jovem que o vivencia. A partir do momento em que o menor passa a estar exposto à violência que invade o seu seio familiar (espaço que deveria ser sinónimo de segurança e tranquilidade) passam a vigorar sentimentos de medo, insegurança e angústia que comprometerão gravemente os laços afetivos, assim como o desenvolvimento aos mais diversos níveis nomeadamente: comportamental, emocional, social, cognitivo, físico e moral, podendo refletir-se futuramente como um fator propício no despoletar de psicopatologias (Perdigão, 2009, cit. por Batista, 2011). Na tabela 2 podemos verificar algumas destas consequências que temos vindo a referir.

O tipo de vinculação entre filhos e pais/mães quando expostos a esta prática também poderá ficar implicado pois, segundo Figueiredo (2011, cit. por Batista, 2011) as experiências negativas em criança, mais tarde, no adulto, comprometerão a sua organização comportamental e representacional da vinculação. Como consequências, a autora evidencia as dificuldades de relacionamento social, falta de empatia e agressividade. Já Bowlby havia estudado os efeitos decorrentes da privação dos cuidados maternos. Das conclusões retiradas nos seus estudos, salienta alguns comportamentos

característicos que fragmentou em três manifestações sendo estas: o protesto, o desespero e a desvinculação.

Tabela 2

Consequências da experiência de vitimação por maus tratos

FÍSICAS	PSICOLÓGICAS, EMOCIONAIS E COMPORTAMENTAIS	RELACIONAIS E SOCIAIS
<ul style="list-style-type: none"> - Morte - Traumatismo craniano - Lesões cerebrais e défices neurológicos - Atrasos no desenvolvimento - Alterações no funcionamento cerebral e nas funções cognitivas superiores: emoções; atenção; concentração; memória; linguagem; aprendizagem - Fracturas dos membros - Lesões cutâneas - Equimoses e/ou hematomas na face, nos membros superiores e inferiores, nas unhas e nas nádegas - Alopecia (perda de cabelo em determinadas áreas por arrancamento) - Queimaduras - Mordeduras - Ferimentos - Perda de capacidades motoras - Hemiplegia (perda de mobilidade numa parte do corpo) - Paralisia cerebral - Perda de capacidades sensoriais: visão; audição - Perda de controlo dos esfíncteres - Enurese (perda involuntária e repetida de urina) - Encoprese (defecação repetida e involuntária) - Atraso no crescimento ponderal (peso) e estatural (altura) - Problemas de sono - Insónias - Dificuldades em iniciar o sono - Pesadelos - Problemas alimentares: anorexia; bulimia - Queixas psicossomáticas/sintomas de mal-estar sem razão médica aparente - Cefaleias - Dores musculares - Dores abdominais - Aumento de risco de doenças crónicas na vida adulta - Problemas cardíacos - Cancro - Doenças pulmonares - Obesidade - Colesterol 	<ul style="list-style-type: none"> - Baixa auto-estima - Baixa percepção de auto-eficácia - Expectativas pessoais e profissionais negativas ou reduzidas - Insegurança - Apatia e tristeza - Depressão - Ideação suicida e/ou tentativas de suicídio - Comportamentos auto-destrutivos - Auto-agressão - Auto-mutilação por cortes e queimaduras - Ansiedade - Perturbações de pânico - Perturbação de stress pós-traumático - Pensamentos recorrentes e intrusivos sobre o acontecimento - Comportamentos de evitamento de situações que relembrem o acontecimento - Sintomas de activação aumentada - Perturbações cognitivas - Hiperactividade - Défice de atenção - Perturbações de personalidade - <i>Borderline</i> (estado-limite) - Traços de anti-socialidade - Comportamento agressivo e violento - Envolvimento em condutas anti-sociais e, mesmo, delinquentes - Desrespeito e violação dos direitos dos outros - Violação das normas sociais - Recurso à mentira - Fugas da escola e/ou de casa - Comissão de delitos e envolvimento em problemas legais (ex: furtos; roubos; vandalismo; porte de armas; lutas) - Envolvimento na actividade criminal na vida adulta - Envolvimento em comportamentos de risco para a saúde - Intoxicação/abuso de álcool e/ou drogas - Envolvimento precoce com múltiplos parceiros e risco de IST e/ou de gravidez na adolescência 	<ul style="list-style-type: none"> - Empobrecimento dos relacionamentos interpessoais - Dificuldades no estabelecimento de relações afectivas positivas, duradouras e estáveis - Padrão de desconfiança em relação aos outros - Problemas de vinculação em relação aos outros - Medo e fobia social - Evitamento e isolamento social, principalmente com pares - Rejeição pelos pares - Vitimação pelos pares - Vitimação e perpetração de violência nas futuras relações interpessoais - Com cônjuges - Com descendentes - Desinteresse por actividades anteriormente apreciadas, assim como por actividades novas que lhe são apresentadas - Dificuldades escolares - Redução no rendimento escolar - Descida das notas - Insucesso escolar - Negativas - Retenções - Absentismo escolar - Faltas injustificadas às aulas - Abandono escolar precoce

Retirado de “Manual Crianças e Jovens vítimas de violência: compreender, intervir e prevenir”, de APAV, 2001, p. 30.

Numa primeira fase, a criança fica perturbada com a ausência da mãe, numa segunda fase, transparece desânimo não se envolvendo com quem a rodeia e, por fim, começa a integrar-se no grupo estabelecendo contacto com outras figuras apesar de não ser um real motivo de interesse para si (Soares, 1996, cit. por Batista, 2011).

Desta forma, a criança enquanto testemunha de um episódio marcante e violento, sente a necessidade de lhe atribuir um significado. Por norma, estes episódios são tão recorrentes que a violência é a única realidade que conhece passando a ser parte integrante da sua vida levando-a, por vezes, a deturpar a realidade associando o mundo a um espaço negativo e escuro (Eisikovits, Winstok & Enosh, 1998, cit. por Caprichoso, 2010). Ao nível emocional, estas crianças/jovens exprimem sentimentos de raiva, tristeza, medo, angústia, insegurança, ódio, ansiedade, entre outros, podendo culminar em quadros de depressão crónica ou outras perturbações. A adoção destes padrões comportamentais irá, por sua vez, repercutir-se na inter-relação com o grupo de pares, assim como na integração da sociedade e comunidade (Eisikovits et al, 1998, cit. por Caprichoso, 2010). Ao nível comportamental, a criança ou jovem pode reproduzir comportamentos que vivencia adotando atos violentos, desviantes, de desobediência e delinquência que estão concomitantemente relacionados com o nível de sucesso ou insucesso escolar (Carlson, 2000, cit. por Caprichoso, 2010).

II-ENQUADRAMENTO LEGAL DA PROTEÇÃO DE CRIANÇAS/JOVENS EM PERIGO

De forma a compreender a visão global associada ao sistema de promoção e proteção das crianças e jovens, revela-se desde já imprescindível salientar o conjunto vasto de instrumentos jurídicos de natureza nacional e/ou internacional que tem como principal objetivo

garantir a existência de mecanismos de discriminação positiva de tratamento que contribuam para que as nossas crianças e jovens possam desenvolver da forma mais saudável possível as suas capacidades físicas e mentais e se integrem devidamente na sociedade, exercendo plenamente a cidadania. (APAV, s.d., p. 153)

Em Portugal, é abundante a legislação no que diz respeito à matéria de infância e juventude: Constituição da República Portuguesa, Código Civil, Código Penal Organização Tutelar de Menores, Lei Tutelar Educativa e a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo são importantes diplomas que organizam e regulam matérias para a concretização da defesa dos direitos das crianças.

2.1- Convenção dos Direitos das Crianças

Com o fim da II Grande Guerra, o século XX é pautado por um período épico que presenteia a nível internacional a criação de substância legislativa que vem harmonizar, uniformizar e globalizar a temática alusiva à proteção na infância. Estes esforços iniciaram-se em 1919 com a fundação da *Internacional Save the Children Union* instituição que redigiu a primeira Declaração dos Direitos da Criança, posteriormente substituída, em 1959, pela Declaração Universal dos Direitos das Crianças. Em 1989, é assinada a Convenção dos Direitos das Crianças (CDC) diploma emanado pela Assembleia Geral das Nações Unidas e que até à data já foi ratificado por mais de 180 países incluindo Portugal, em 1990 (Oliveira, 2016). A CDC surge assim, como um marco histórico e revolucionário do conceito de infância outrora visto como um conceito difuso e desconhecido (Sarmento et al., 2004, cit. por Oliveira, 2016).

Criança, de acordo com o artigo 1.º da CDC, “é todo o ser humano menor de 18 anos, salvo se, nos termos da lei que lhe for aplicável, atingir a maioridade mais cedo” (ONU, 1989, p. 6).

Este diploma, de carácter universal, contempla em si "uma diversidade de direitos desde direitos civis, económicos, sociais e culturais incluindo os direitos mais básicos como o direito à vida, à saúde, alimentação, educação, higiene, proteção contra abuso, negligência, direito à privacidade, associação, expressão e pensamento” (Soares, s.d., p.81). Ao longo do preâmbulo, este diploma destaca e assume o princípio de proteção e cuidados especiais que a família, Estado e sociedade, terão de assegurar a este grupo social, dado o seu carácter de extrema vulnerabilidade. Para corroborar esta perceção, o diploma profere nos artigos 18.º e 19º a responsabilidade dos progenitores assegurarem a educação e o desenvolvimento da criança e que em caso de maus tratos, abusos ou negligência por parte dos pais/mães ou dos tutores legais, cabe ao Estado intervir tomando assim medidas de proteção (ONU, 1989).

2.2- Constituição da República Portuguesa

A Constituição da República Portuguesa (CRP) destaca-se como um instrumento jurídico máximo, inviolável e superior a qualquer outra Lei Ordinária. Desta fazem parte alguns artigos de áreas bastante distintas, como o direito à educação, saúde, alimentos e família, que estão inteiramente relacionados com os interesses das crianças e jovens. Subjacente a esta ideia os artigos 67.º (família), 68.º (paternidade e maternidade) 69.º (infância) e 70.º (juventude) do respetivo diploma legal, assumem a defesa dos direitos e garantias pessoais, económicos, sociais e culturais (CRP, 2015).

Deste modo, o artigo 69.º, n.º 1, p. 12 salienta que "as crianças têm direito à proteção da sociedade e do Estado com vista ao seu desenvolvimento integral, especialmente contra todas as formas de abandono, de discriminação e de opressão e contra o exercício abusivo da autoridade na família e nas demais instituições"(CRP, 2015).

2.3- Código Civil

No que toca às responsabilidades parentais, segundo o artigo 1878.º n.º 1, do Código Civil (CC), p. 361 "compete aos pais, no interesse dos filhos, velar pela segurança e saúde destes, prover ao seu sustento, dirigir a sua educação, representá-los, ainda que nascituros, e administrar os seus bens".

A requerimento do Ministério Público, o tribunal pode decretar a inibição do exercício das responsabilidades parentais quando os progenitores ou pessoa a quem a guarda do menor está confiada não cumpra com as suas responsabilidades em prejuízo do menor (artigo 52.º do CC). Quando os atos praticados pelos progenitores ou representante legal põem em perigo o menor, o tribunal tem o direito de decretar providências ajustadas ao grau de gravidade designadamente, confiar o menor a terceira pessoa, estabelecimento de educação ou assistência (artigo 1918.º do CC).

2.4- Código Penal

Homicídio qualificado (art.º 132), exposição ou abandono (art.º 138), violência doméstica (art.º 152), maus tratos (art.º 152-A), abuso sexual de crianças (art.º 171), abuso sexual de menores dependentes (art.º 172), atos sexuais com adolescentes (art.º 173), recurso à prostituição de menores (art.º 174), lenocínio de menores (art.º 175), pornografia de menores (art.º 176), subtração de menor (art.º 249), violação da obrigação de alimentos (art.º 250), ofensas à integridade física (art.º 143), ameaças (art.º 153), difamação (art.º 180) e injúrias (art.º 181), são alguns dos crimes contra crianças e jovens que se encontram previstos no Código Penal (APAV, s.d., p. 177).

Destacamos neste âmbito o homicídio qualificado (art.º 132º), nomeadamente “se a morte for produzida em circunstâncias que revelem especial censurabilidade ou perversidade, o agente é punido com pena de prisão de doze a vinte e cinco anos” (Rocha, 2014, p. 74).

Quanto à exposição ou abandono (art.º 138.º)

quem colocar em perigo a vida de outra pessoa expondo-a em lugar que a sujeite a uma situação de que ela, só por si, não possa defender-se ou abandonando-a sem defesa, sempre que ao agente coubesse o dever de a guardar, vigiar ou assistir é

punido com pena de 1 a 5 anos de prisão. Se o facto for praticado por ascendente ou adotante da vítima, o agente é punido com pena de prisão de 2 a 5 anos (Rocha, 2014, p. 75).

Não iremos explorar todos os crimes referidos no paragrafo introdutório deste ponto, salientando-se apenas o que nos parece mais relevante, atendendo à temática deste trabalho. Neste sentido, relativamente aos maus tratos (art.º 152-A) salienta-se que

quem, tendo ao seu cuidado, à sua guarda, sob a responsabilidade da sua direção ou educação ou a trabalhar ao seu serviço, pessoa menor ou particularmente indefesa, em razão de idade, deficiência, doença ou gravidez e, lhe infligir, de modo reiterado ou não, maus tratos físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais, ou a tratar cruelmente; a empregar em atividades perigosas, desumanas ou proibidas ou a sobrecarregar com trabalhos excessivos é punido com pena de prisão de um a cinco anos, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal (Rocha, 2014, p. 80).

Finalmente, no que concerne ao abuso sexual de crianças (art.º 171) quem praticar ato sexual de relevo com ou em menor de 14 anos, ou o levar a praticá-lo com outra pessoa, é punido com pena de prisão de um a oito anos. Se o ato sexual de relevo consistir em cópula, coito anal, coito oral ou introdução vaginal ou anal de partes do corpo ou objetos, o agente é punido com pena de prisão de três a dez anos. Quem importunar menor de 14 anos, praticando perante ele atos de carácter exibicionista ou constrangendo-o a contacto de natureza sexual ou atuar sobre menor de 14 anos, por meio de conversa, escrito, espetáculo ou objeto pornográfico é punido com pena de prisão até três anos (Rocha, 2014, p. 87).

Na prática destes crimes, e de outros que não foram anteriormente descritos, a realização de exames médico-legais assume especial importância pois os seus indícios podem constituir importantes meios de prova no processo judicial.

Os exames médico-legais a uma criança ou jovem vítima de violência são perícias médicas integrantes do sistema judicial, que têm por finalidade a verificação de marcas no corpo da vítima que tenham sido produzidos pela violência infligida (ex: arranhões, rubores; feridas; hematomas outras lesões) e a pesquisa de materiais, biológicos ou não, no seu corpo e/ou nas suas roupas e objetos que tenham sido deixados ou eventualmente utilizados pelo/a agressor/a (ex: sangue, esperma; fluidos vaginais; pele; cabelos; fibras). (APAV, s.d., p. 191)

2.5- Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

Um instrumento legal de relevo neste âmbito é a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP), Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, que regula e orienta os agentes com competência em matéria de infância e juventude e concretiza as formas de exercício do dever do Estado relativamente à proteção e promoção dos direitos das crianças e jovens em perigo (Batista, 2011). Recentemente, a Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro, constitui-se como a segunda alteração à LPCJP. De agora em diante, sempre que for referenciada a LPCJP, terá a leitura de acordo com as atuais alterações (Henriques, 2016).

Nos termos da legislação e segundo o art.º 6, a promoção e proteção dos direitos das crianças e jovens incumbe às Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude (ECMIJ), à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (CPCJ) e aos Tribunais.

O sistema nacional de promoção e proteção tal como elucida a Figura 4, assenta numa estrutura piramidal hierárquica e interdependente que tem por base o princípio da subsidiariedade contemplado no art.º 4 alínea k) como sendo um dos princípios orientadores da intervenção, de acordo com a LPCJP.

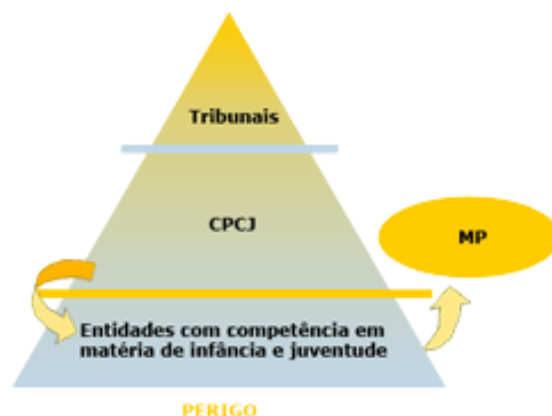


Figura 2- Pirâmide da subsidiariedade. Retirada de “Padrões e processos de comunicação e de tomada de decisão nas CPCJ e Tribunais: Mediações e plataformas de consenso”, de A. Oliveira, 2014, p.4.

Segundo o princípio da subsidiariedade "a intervenção deve ser efetuada sucessivamente pelas entidades com competência em matéria de infância e juventude, pelas comissões de proteção de crianças e jovens e, em última instância, pelos tribunais" (Guerra, 2016, p. 26). Seguindo este princípio, as CPCJ têm competência para intervir quando já não seja possível às entidades de base, ou seja, às ECMIJ, nomeadamente da área da saúde, educação, ação social, serviços de autoridade, entre outros, atuar de forma adequada no sentido de remover a situação de perigo na qual a criança ou jovem se encontra. Salienta-se, que esta intervenção terá efeitos práticos mediante consentimento expresso e prestado por escrito pelos progenitores ou representante legal do menor sem, contudo, descorar a vontade do próprio uma vez que, a intervenção também depende da não oposição da criança ou do jovem com idade igual ou superior a 12 anos (artigo 9.º e 10.º da LPCJP). Perante uma situação em que não tenha sido prestado consentimento, que tenha sido retirado, ou que haja incumprimento reiterado do acordo, pressupõem-se que a criança está exposta a uma situação de perigo pelo que a entidade de segunda linha deixará de ter legitimidade para intervir devendo reportar a situação ao órgão hierarquicamente superior, sendo este o tribunal (artigo 11.º, alínea c da LPCJP).

Nos termos da Lei a criança ou jovem está em perigo quando está sujeito de forma direta ou indireta a comportamentos que afetam gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional. Segundo o art.º 3 da LPCJP considera-se que a criança ou jovem

está perante uma situação de perigo quando: i) está abandonada ou vive entregue a si própria; ii) sofre maus tratos físicos, psíquicos ou é vítima de abusos sexuais; iii) não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal; iv) é obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento; v) está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional; vi) assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetam gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação.

Este documento legal inclui ainda as medidas de promoção e proteção a aplicar nestas situações de perigo e especifica as funções dos técnicos das CPCJ neste âmbito. Atendendo à relevância destes dois pontos no nosso projeto, serão desenvolvidos mais pormenorizadamente em secções seguintes deste trabalho.

III- COMISSÕES DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS (CPCJ)

3.1- Modalidades, competências e funcionamento

Segundo Canha (2003, cit. por Henriques, 2016, p. 5) “em 1978 surge a primeira experiência de proteção de menores por via administrativa em Portugal, ou seja, as Comissões de Proteção de Menores” (CPM). Mais tarde, surge o Decreto Lei 98/98, de 18 de abril que contribui para a criação da Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (CNPCJR). Porém, houve a necessidade de se criar a nível local as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) no sentido em que permitiram uma maior cobertura do território nacional fortalecendo a capacidade de intervenção da CNPCJR, através de um acompanhamento de maior qualidade e proximidade (Henriques, 2016).

As CPCJ's são entidades oficiais, não judiciárias com autonomia funcional, de composição plural, partilhada por entidades públicas e privadas, com competência em matéria da infância e juventude, que visam promover, proteger e defender os direitos das crianças e jovens a fim de pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação ou desenvolvimento saudável e integral (artigo 12.º da LPCJP).

Estas entidades são coordenadas pela Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco (CNPCJR) a quem compete a planificação e a sua avaliação. Segundo dados do relatório anual de avaliação das atividades das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, em Portugal, no ano de 2016 foram acompanhados 72177 processos sendo este o número total alcançado pelas 309 CPCJ instaladas (CNPCJR, 2017).

No âmbito da sua intervenção, de acordo com a Lei que temos vindo a referir, esta entidade exerce funções na área do município onde tem sede (artigo 15, n.º 1, da LPCJP) e encontra-se subdividida em duas modalidades de funcionamento, a modalidade alargada e a restrita (artigo 16.º, da LPCJP). “A modalidade alargada congrega todos os representantes das entidades legalmente previstas e todos os elementos cooptados, funcionado em reunião plenária” (Graça & Passos, s.d., p. 60). É à modalidade alargada, que compete dinamizar ações direcionadas à comunidade em geral de forma a promover e sensibilizar para os direitos das crianças (artigo 18.º n.º 1, da LPCJP). Por sua vez, a

modalidade restrita tem legitimidade para intervir nas situações em que a criança ou jovem se encontre em perigo, ou seja, quando a sua segurança, educação, formação ou desenvolvimento são postos em causa pelos pais/mães, representantes legais ou quem tenha a guarda de facto.

A esta compete a intervenção nas situações identificadas como de perigo para a criança ou jovem, procedendo ao respetivo diagnóstico e instrução do processo, decisão, acompanhamento e revisão da (s) medida (s) de promoção e proteção, assim como atender e informar as pessoas que se dirigem à CPCJ. (Graça & Passos, s.d., p. 60)

Desta forma, estão englobadas duas noções distintas no âmbito da intervenção das CPCJ, sendo estas a de risco e a de perigo, exploradas no ponto que se segue, de forma a compreendermos melhor a intervenção destas entidades constituídas por profissionais que trabalham em equipas multidisciplinares

sendo que a maioria dos seus membros não exerce funções a tempo inteiro nestas comissões. Apesar da possibilidade de exercerem os cargos em regime part-time as suas funções e responsabilidades são extremamente complexas, tomando decisões que podem alterar completamente a vida das crianças e jovens, pais, instituições e famílias de acolhimento e a comunidade em geral. (Graça & Passos, s.d., p. 61)

3.2- Da criança em risco à criança em perigo: intervenção para a sua proteção

Os profissionais das CPCJ devem avaliar corretamente a situação em que a criança ou jovem se encontra, pois este é um fator determinante para uma intervenção adequada e atempada destas entidades, depois de determinar se se encontra numa situação de risco ou perigo.

Segundo Ferreira (2012, cit. por Henriques, 2016), “a definição do conceito de “risco” está associada aos défices e omissões dos adultos, na satisfação das necessidades das crianças, quer estas sejam de natureza física ou sócio emocional” (p. 7). “A noção de

criança em perigo, aponta para a vivência num contexto imediato, por parte da criança, de situações que ameaçam a sua integridade física e psicológica, enquanto nas de risco, o dano é menos imediato, porém, possível no futuro” (Melo & Alarcão, 2001, cit. por Henriques, 2016, p. 8). Assim sendo, o conceito que abrange as crianças e jovens em risco implica um perigo potencial para a concretização dos direitos das crianças refletindo-se num conceito mais amplo do que o das crianças e jovens em perigo. Nem toda a situação de perigo advém necessariamente de situações de risco, contudo, a perpetuação de fatores de risco aquando ausência de fatores de proteção poderá em determinadas circunstâncias culminar em situações de perigo (Oliveira, 2014). As 39194 situações de perigo comunicadas às CPCJ no ano de 2016 (Figura 5), incidem maioritariamente na exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança 32,8% (12851), negligência 19,5% (7654), situações de perigo em que esteja em causa o direito à educação 15,9% (6235), a criança/jovem assume comportamentos 15,2% (5939) e no âmbito dos maus-tratos retiram-se os seguintes dados 4,8% mau trato físico, 2,1% maus trato psicológico e 1,7% abuso sexual (CNPCJR, 2017, p. 10)



Figura 3- Número de sinalizações (processos iniciados) por tipologia da situação de perigo. Retirado de “Relatório de Avaliação da Atividade das CPCJ-2016”, de CNPCJR, 2017, p. 46

Tendo por base o modelo de prevenção de configuração tripartida, exige-se uma intervenção ao nível da prevenção secundária e terciária quando uma situação de risco se eleva a situação de perigo. Segundo o artigo 8.º, plasmado na legislação anteriormente mencionada, as comissões têm legitimidade para intervir ao nível da prevenção secundária, ou seja, quando a situação de risco se eleva a perigo sendo da sua competência, aplicar medidas de promoção e proteção que visem remover a situação de perigo inicialmente identificada.

IV- O PROFISSIONAL NA TOMADA DE DECISÃO PARA PROTEÇÃO DA CRIANÇA/JOVEM E PERIGO

Parte-se do pressuposto que nenhum profissional ou instituição age individualmente no que toca a tomadas de decisão no âmbito da aplicação de medidas de promoção e proteção. Embora a última decisão recaia sobre o tribunal, estes carecem de parecer técnico que é solicitado e elaborado por profissionais de várias áreas do saber, nomeadamente professores, psicólogos, assistentes sociais ou enfermeiros que, por vezes, desempenham simultaneamente funções na modalidade restrita da comissão (Santos, 2012).

Todo este procedimento delicado e complexo assenta na ponderação dos possíveis benefícios e riscos que tal decisão irá acarretar para o menor e para a sua família. Não existe um modelo preditivo a seguir, somente algumas normas e indicadores orientadores o que por si só transmite insegurança para os profissionais que tomam estas decisões. Sabe-se que algumas podem ser contundentes, contudo, um dos princípios orientadores da intervenção, contemplado no artigo 4.º alínea a) da LPCJP passa por agir sempre de acordo com o interesse superior da criança e do jovem (Santos, 2012).

No seguimento da leitura e análise deste artigo da Lei deparamo-nos que existem outros princípios orientadores de intervenção a ter em consideração (um dos quais já foi referido anteriormente, a subsidiariedade, para além da alínea a) que acabamos de referir, nomeadamente

- b) privacidade; c) intervenção precoce; d) intervenção mínima; e) proporcionalidade e atualidade; f) responsabilidade parental; g) primado da continuidade das relações psicológicas profundas; h) prevalência da família; i) obrigatoriedade da informação; j) audição obrigatória e participação; k) subsidiariedade.

Desta forma, a decisão recai sobre a possibilidade de dar à família de origem a oportunidade de desenvolver competências parentais e de ter o direito de educar o seu filho ou porventura dar a oportunidade à criança de crescer e integrar-se num seio familiar detentor de capacidades benéficas e imprescindíveis ao seu saudável desenvolvimento

(Santos, 2012). Por este motivo, segundo o mesmo autor, os profissionais a quem está inculcada esta responsabilidade, deparam-se perante uma grande dificuldade que não é tomada de leviandade havendo, por vezes, a necessidade de intervirem de um modo mais intrusivo no contexto familiar de forma a colherem o máximo de informação possível para que assim possam partir para uma decisão mais consciente e consistente. No entanto, o autor salienta que, por vezes, a tomada de decisão é tida sob condições pouco favoráveis dado que coexistem alguns fatores externos que em nada abonam a esta condição colocando os profissionais numa posição pouco confortável. Frequentemente, a enorme pressão a que estão sujeitos e a escassez de recursos disponíveis, humanos e materiais, constituem-se como um entrave para efetuar um diagnóstico social adequado e/ou tentar delinear possíveis estratégias de intervenção de forma a promover o bem-estar da criança e jovem no seu meio natural de vida (Santos, 2012), que se constitui como uma das medidas de promoção e proteção previstas na Lei.

4.1- Medidas de Promoção e Proteção

Para se instaurar um processo de promoção e proteção na CPCJ, existem determinadas etapas e instruções que deverão ser tidas em consideração.

Segundo Cunha et al. (2007, cit. por Oliveira, 2014) “um bom processo de decisão é aquele que começa com a definição do problema” (p.80). “Assim, após o consentimento que sustenta e legitima a intervenção dos técnicos no seio familiar, [...] inicia-se a fase de avaliação e diagnóstico do agregado familiar e da situação de perigo em que a criança ou jovem se encontra” (RACPCJ, 2015, cit. por Henriques 2016, p. 16). Deste modo, a tomada de decisão prevê duas fases distintas que consistem na identificação do problema e na resolução do mesmo através da aplicação de medidas que têm como objetivo atenuar ou culminar a situação de risco ou perigo na qual a criança ou jovem se encontra (Oliveira, 2014).

Segundo o mesmo autor, todas estas etapas pressupõem a existência de um ciclo de vida do processo que por vezes é longo, burocrático e complexo. Assim, a abertura do processo tem por base a sinalização de uma possível situação de perigo, denúncia que pode ser identificada ou anónima, podendo fazer uso de meios como: contacto telefónico, correio eletrónico, carta ou contacto presencial. Posteriormente, e após ter sido prestado consentimento, os Técnicos Gestores do Processo (TGP) procedem às devidas diligências

no sentido de averiguar a veracidade dos factos. Pós análise e diagnóstico social efetuado, segue-se a elaboração do Acordo de Promoção e Proteção (APP) onde constam as ações e objetivos definidos e estipulados para cada situação em concreto (Oliveira, 2014). Assim sendo, o APP integra as medidas de promoção e proteção a aplicar consoante o grau de gravidade, e que têm duração máxima de 6 meses. Contudo, estas, tal como o diagnóstico, não permanecem estáticas havendo sempre lugar a uma possível revisão (Oliveira, 2014).

A aplicação destas medidas segundo o (art.º 34.º da LPCJP, p.22) tem como principal finalidade:

- i) afastar o perigo em que estes se encontram; ii) proporcionar-lhes as condições que permitam proteger e promover a sua segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento integral; iii) garantir a recuperação física e psicológica das crianças e jovens vítimas de qualquer forma de exploração ou abuso.

Conforme contemplado no (art.º 35.º n.º 2 da LPCJP, p.22)

as medidas de promoção e proteção são executadas no meio natural de vida ou em regime de colocação, consoante a sua natureza, e podem ser decididas a título cautelar, com exceção da medida prevista na alínea g) do número anterior.

De acordo com o (art.º 35.º n. 1, da LPCJP, p. 22) as medidas de promoção e proteção são as seguintes: a) apoio junto dos pais, que “consiste em proporcionar à criança ou jovem apoio de natureza psicopedagógica e social e, quando necessário, ajuda económica” (art.º 39, LPCJP, p.23); b) apoio junto de outro familiar, que consiste na colocação da criança ou do jovem sob a guarda de um familiar com quem resida ou a quem seja entregue, acompanhada de apoio de natureza psicopedagógica e social e, quando necessário, ajuda económica (art.º 40, LPCJP, p.23); c) confiança a pessoa idónea, que “consiste na colocação da criança ou do jovem sob a guarda de uma pessoa que, não pertencendo à sua família, com eles tenha estabelecido relação de afetividade recíproca” (art.º 43, LPCJP, p.23). Pode-se acrescentar ainda d) o apoio para a autonomia de vida que “consiste em proporcionar diretamente ao jovem com idade igual ou superior a 15 anos apoio económico e acompanhamento psicopedagógico e social”, este apoio pode incluir

a frequência de programas de formação que permitam “viver por si só e adquirir progressivamente autonomia de vida” (art.º 45, LPCJP, p.23).

Por sua vez, e) o acolhimento familiar “consiste na atribuição da confiança da criança ou do jovem a uma pessoa singular ou a uma família, habilitada para o efeito”, pretende-se com esta medida proporcionar “a sua integração em meio familiar e a prestação de cuidados adequados às suas necessidades e bem-estar e a educação necessária ao seu desenvolvimento integral” (art.º 46 n.º 1, LPCJP, p.23). “O acolhimento familiar tem lugar quando seja previsível a posterior integração da criança ou jovem numa família ou, não sendo possível, para a preparação da criança ou jovem para a autonomia de vida” (art.º 46 n.º 3, LPCJP, p.23); e o f) acolhimento residencial “consiste na colocação da criança ou jovem aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações, equipamento de acolhimento e recursos humanos permanentes, devidamente dimensionados e habilitados, que lhes garantam os cuidados adequados” (art.º 49 n.º 1, LPCJP, p.24). De acordo com a Lei, o objetivo deste acolhimento será “contribuir para a criação de condições que garantam a adequada satisfação de necessidades físicas, psíquicas, emocionais e sociais das crianças e jovens e o efetivo exercício dos seus direitos”, pretendendo-se “a sua integração em contexto sociofamiliar seguro e promovendo a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral” (art.º 49 n.º 2, LPCJP, p.24).

Finalmente, g) a confiança a pessoa selecionada para a adoção, a família de acolhimento ou a instituição com vista à adoção que “é uma medida da competência exclusiva dos tribunais” (art.º 38, LPCJP, p.22). Esta medida

Consiste na colocação da criança ou do jovem sob a guarda de candidato selecionado para a adoção pelo competente organismo de segurança social, ou na colocação da criança ou do jovem sob a guarda de instituição com vista a futura adoção, quando não existam ou se encontrem seriamente comprometidos os vínculos afetivos próprios da filiação, pela verificação objetiva de qualquer das seguintes situações: a) se o menor for filho de pais incógnitos ou falecidos; b) se tiver havido consentimento prévio para a adoção; c) se os pais tiverem abandonado o menor; d) se os pais, por ação ou omissão, mesmo que por

manifesta incapacidade devida a razões de doença mental, puserem em perigo grave a segurança, a saúde, a formação, a educação ou o desenvolvimento do menor; e) se os pais do menor acolhido por um particular ou por uma instituição tiverem revelado manifesto desinteresse pelo filho, em termos de comprometer seriamente a qualidade e a continuidade daqueles vínculos, durante, pelo menos, os três meses que precederam o pedido de confiança (APAV, 2011, p. 172).

Consideram-se medidas a executar no meio natural de vida as previstas nas alíneas a), b), c) e d) do artigo 35 n.º 1 e medidas de colocação as previstas nas alíneas e) e f); a medida prevista na alínea g) é considerada a executar no meio natural de vida no primeiro caso e de colocação, no segundo e terceiro casos sendo que, a adoção desta última medida é a mais gravosa e é da competência exclusiva do Ministério Público (MP) (Guerra, 2016, p. 86).

Segundo o relatório da CNPCJP, em 2016, foram aplicadas e executadas um total de 34497 medidas de promoção e proteção, sendo que maioritariamente correspondem a medidas em meio natural de vida com maior predominância nas medidas de apoio junto dos pais com um total de 27060 casos o que equivale a 78,4% seguido da medida de apoio junto de outro familiar com 3427 casos, ou seja, 9,9% e o acolhimento residencial alcançou uma percentagem de 9,4 com 3242 casos (CNPCJR, 2017). De acordo com a mesma fonte, por ordem decrescente constata-se que posteriormente à medida de apoio junto dos pais como sendo a mais aplicada seguem-se, a medida de apoio junto de outros familiares, o acolhimento residencial, a confiança a pessoa idónea, o apoio para autonomia de vida e por último o acolhimento familiar (CNPCJR, 2017).

4.2-Tomada de decisão face às Medidas de Promoção e Proteção

Segundo Oliveira (2014) “uma tomada de decisão é o derradeiro procedimento num processo de promoção e proteção a tomar pelos técnicos da CPCJ ou pelo juiz sobre o futuro do menor em causa” (p.79). Esta decisão, que tem como fim último assegurar o bem-estar e a proteção do menor a médio e a longo prazo, está envolvida de um certo

grau de complexidade visto que a deliberação dos profissionais exige aspetos dotados de racionalidade, emoção, improviso e acaso (Cunha et al., 2007, cit. por Oliveira, 2014).

Por serem decisões que irão influenciar e determinar o percurso de vida da criança e consequentemente da sua família, exige-se rigor e objetividade aquando aplicação da medida de promoção e proteção. Ter conhecimento do enquadramento jurídico, saber quais os fatores a nível individual, familiar e/ ou social promotores desta prática, suas consequências e recursos comunitários existentes, são alguns dos critérios gerais que descrevem o perfil dos profissionais envolvidos na tomada de decisão no âmbito da proteção de menores (CNPCJR, s.d.).

Porém, numa matéria tão complexa como é a do presente estudo, é necessário recorrer a critérios de carácter operacional que permitam aos profissionais tomar decisões que primem pela objetividade, clareza e eficácia, em prol do superior interesse da criança. A implementação destes critérios poderá evitar que fatores não diretamente relacionados com o caso como a experiência profissional ou crenças em relação à separação da família biológica e sistema de institucionalização inconscientemente adulterem a decisão.

Precedente à decisão, convém refletir e obter respostas para “um conjunto de questões que podem ajudar a clarificar a necessidade, ou não de tomar uma determinada decisão” (López et al, 1995 cit. por CNPCJR, s.d., p. 276). “O caso sinalizado configura uma situação de risco ou de perigo? Há necessidade de separação, ou não, da criança do seu ambiente? Que recurso ou recursos locais melhor garantem o bem-estar e a segurança da criança e dos seus pais?” (CNPCJR, s.d., p. 275).

Contudo, existem algumas variáveis que inevitavelmente poderão condicionar esta decisão nomeadamente: perceção dos técnicos, características dos casos e recursos disponíveis (CNPCJR, s.d.). No que diz respeito à perceção dos técnicos, De Panfili e Scanapieco (1994, cit. por CNPCJR, s.d.) revelam que os profissionais com mais tempo de experiência nesta área são mais pessimistas e tendencialmente são aqueles que optam pelas medidas em regime de colocação. Galgeish e Drew (1989, cit. por CNPCJR, s.d.) verificam que, esta perceção subjetiva se acentua quando os profissionais se deparam com maus tratos de natureza sexual. French (1984) e Munto (1996, cit. por CNPCJR, s.d.) destacam que as decisões de separação são muitas vezes influenciadas pelo processo de “habituação” às situações o que, por vezes, consente numa desvalorização dos

indicadores. Aliadas à padronização dos casos, a incerteza no diagnóstico e a falta de informação indispensável conduzem a uma tendência de precipitação da decisão. Posto isto, em termos neuro-psicofisiológicos, a tomada de decisão é subjetiva quando o técnico perspetiva para os pais/mães e criança a capacidade de mudança de acordo com as suas próprias crenças pessoais.

A individualidade e a complexidade dos casos poderão só por si causar insegurança no profissional se, na sua intervenção não tiver em atenção uma abordagem holística e multidisciplinar. A utilização de equipas multidisciplinares (EMD) constitui uma resposta para a complexidade e prevalência de múltiplas causas para o mau-trato de crianças, que permite não só a coordenação de esforços das entidades envolvidas, como a integração de dados técnicos e requisitos legais diversos (Graça & Passos, s.d.).

A avaliação da capacidade parental tardiamente começou a despertar interesse na comunidade científica e a ser objeto de estudo. Sendo a capacidade parental um comportamento humano também ele complexo, impõe que a avaliação seja o mais específica possível (CNPCJR, s.d.).

“O trabalho em rede formal e informal, como o estabelecimento de parcerias, é fundamental no apoio às famílias, em que as plataformas de entendimento/consenso favorecem decisões promissoras para as famílias, e principalmente, para as crianças” (Oliveira, 2014, p.84). Daí considerar-se que uma intervenção articulada e consensual em equipa seja fundamental para uma resposta adequada e objetiva, até porque existem características pessoais e profissionais como a experiência e a área de formação que podem condicionar e influenciar na tomada de decisão (Santos, 2012). Assim, a partilha de critérios de avaliação, recursos, conhecimentos e experiência, aliados a uma eficaz articulação, cooperação e colaboração, possibilitarão uma intervenção mais adequada e, por conseguinte, de maior eficácia (Calheiros, Garrido, & Lopes, 2012, cit. por Henriques, 2016).

No que concerne à tomada de decisão parte-se do pressuposto que o técnico terá de ponderar e colocar à consideração os reais benefícios e riscos que o menor incorre se permanecer na família de origem ou se for afastado de forma a poder delinear um projeto de vida harmonioso e saudável para o seu desenvolvimento. Passemos então a apresentar uma série de critérios que sustentam a decisão do profissional no que diz respeito à decisão de separação, ou não, da criança do seu meio natural de vida, separação

transitória, e/ou separação definitiva ou tendencialmente definitiva. A gravidade da situação, classificada como baixa, média ou elevada, a probabilidade de repetição, classificada como nula, média ou grande e ainda, a existência de fatores de proteção, ou recursos, nos pais e família, como sendo suficientes ou insuficientes na superação da situação de maus tratos ou de perigo na criança facilitam a decisão do profissional (CNPJCJR, s.d.).

Na ótica de Aliche e Weigold (1990, cit. por Santos, 2012) o profissional pode fundamentar a sua decisão tendo por base dois fatores relevantes, o *input* e o *output*. Segundo a mesma fonte, no primeiro os técnicos primem por ponderar vantagens e desvantagens de todas as alternativas possíveis de forma a promover a proteção do menor. O *output*, visa avaliar se os resultados alcançados corresponderam ao esperado avaliando assim, os benefícios e os prejuízos para a criança e jovem.

Contudo, a impossibilidade de prever futuros abusos em contextos exteriores ao do meio natural de vida transmite para o profissional uma fonte de insegurança. Existem características que são determinantes para a tomada de decisão que extrapolam aquelas que são inerentes ao menor e ao seu contexto familiar e social. De certo que a tipologia, a cronicidade e a severidade do abuso assim como, as demais características e variáveis associadas ao menor (idade, género, etnia), família (relações conflituosas e desestruturantes) e a todo o contexto envolvente, são determinantes no momento da decisão, porém, a posição do profissional é fortemente influenciável e, por vezes, de uma forma inconsciente por fatores pessoais como a idade, género, habilitações literárias, crenças e valores podendo correr o risco de incorrer na subjetividade (Santos, 2012).

Tendo por base o estudo efetuado por Santos (2012) que pretendeu compreender de que modo os profissionais envolvidos no processo de promoção e proteção ponderam a retirada de crianças à sua família biológica, concluiu-se que 62% dos 103 participantes envolvidos valorizava as características pessoais ou situacionais como sendo “muito importantes” ou “extremamente importantes” no processo de tomada de decisão. Britner e Mossler (2002, cit. por Santos, 2012) “sustentam que resultados como estes corroboram a complexidade da tomada de decisão em situações de abuso e demonstram a necessidade de uma abordagem ecológica inclusiva de modo a compreender os maus tratos a menores” (p.27). Fazendo uma análise sistematizada dos resultados obtidos neste estudo, constata-se que existem repostas comuns aos diferentes grupos profissionais e que determinadas

características assumem impacto na tomada de decisão, como por exemplo, a gravidade do abuso ou o risco de recorrência em detrimento, por exemplo, do nível sócio económico do agregado familiar. Para os técnicos inquiridos por este autor que temos vindo a referir, esta fragilidade embora represente um fator adicional de risco, não se manifesta como condição *sine qua non* para promover uma retirada da família biológica. Neste estudo, Santos (2012) debruçou-se também sobre a dinâmica dos vários profissionais envolvidos na tomada de decisão enfatizando as diferentes áreas. Sabe-se que a existência de uma equipa multidisciplinar é fulcral para complementar conhecimentos e diagnóstico, contudo, os serviços de saúde foram destacados como sendo os mais importantes. Por sua vez, de acordo com o mesmo autor, os profissionais de segurança pública foram vistos como dispensáveis no processo de tomada de decisão pese embora se evidencie o importante papel que desempenham na sinalização e colaboração com os restantes profissionais.

Noutra perspetiva, Torres (2008, cit. por Oliveira, 2014) evidencia que os fatores internos e externos poderão também condicionar o profissional na fase de implementação das medidas de promoção e proteção. Nesta ótica, o autor centra-se nas dificuldades sentidas com o excesso de trabalho e volume processual associado à escassez de recursos humanos e logísticos. Os fatores externos prendem-se com a insuficiência/inexistência de respostas sociais educativas como instituições, famílias de acolhimento e centros de acolhimento temporário.

Atendendo à importância que estes técnicos têm na vida destas crianças e jovens em perigo, parece-nos fundamental perceber, do ponto de vista empírico, estas questões exploradas neste último ponto do enquadramento teórico.

V- APRESENTAÇÃO DO ESTUDO

Este capítulo é dedicado à apresentação do estudo em análise e dos objetivos que nos propomos alcançar. Importa referir que à priori, e de acordo com os requisitos exigidos, houve a necessidade de formular um plano de investigação onde se encontram estruturadas cronologicamente as várias fases do projeto conforme consta do cronograma (Anexo A). A investigação realizada neste projeto é de natureza qualitativa, tendo-se desenvolvido um estudo de caso, centrado na informação recolhida acerca da tomada de decisão dos técnicos de uma CPCJ da zona Centro do país.

“O método qualitativo possibilita a compreensão de informações obtidas pelos dados recolhidos, através do conhecimento e análise das perceções, opiniões e avaliações que os participantes da investigação apresentam em relação aos objetivos de estudo” (Morais & Neves, 2007, cit. por Henriques, 2016, p. 29). Este método, na ótica de Freitas (2013, cit. por Henriques, 2016) permitirá obter respostas mais sustentadas de acordo com cada perspetiva que, posteriormente à sua análise, possibilitarão obter significações entre si.

5.1- Formulação da questão de estudo

Ao longo da elaboração deste projeto de investigação são várias as questões que surgem e que estão inteiramente relacionadas com a temática em estudo.

Neste âmbito, a investigação dá ênfase às crianças e/ou jovens que se encontram perante uma situação de risco/perigo. Por outro lado, irá debruçar-se na intervenção dos profissionais e das entidades que têm competência para intervir em matéria de infância e juventude, nomeadamente a CPCJ e, por sua vez, avaliar a tomada de decisão dos técnicos que estão envolvidos num processo de promoção e proteção.

Face aos elementos já identificados, formulou-se a seguinte questão de estudo: Compreender o posicionamento dos técnicos afetos a uma CPCJ da região Centro relativamente a medidas de promoção e proteção a aplicar em situações de perigo.

5.2- Definição dos objetivos específicos

Tendo em consideração a questão de estudo, definiram-se os seguintes objetivos específicos orientadores:

- ✚ Conhecer a opinião dos técnicos sobre a MPP a aplicar em duas situações relativas a casos reais;
- ✚ Identificar os critérios que os técnicos da CPCJ consideram como relevantes para proceder à deliberação/decisão sobre a MPP;
- ✚ Analisar a opinião dos técnicos sobre a MPP, tendo por referência a decisão efetivamente tomada pelo tribunal.

5.3- Sujeitos e contexto de estudo

Dado que a presente investigação e todo o estudo envolvente se centra nas medidas de promoção e proteção a serem tomadas pelos técnicos da CPCJ, os sujeitos alvo desta investigação não poderiam deixar de ser profissionais que assumem especial importância nesta matéria. Como tal, deste estudo fizeram parte 10 comissários de uma CPCJ da zona Centro do País que acedeu colaborar. De salientar que este número é exclusivo aos profissionais que integram presentemente a modalidade restrita desta mesma comissão, contudo, apenas nove técnicos são elegíveis para formar coro atendendo a que um dos elementos se encontra afeto desde 2016 ao Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS), no âmbito do projeto Rede Local de Intervenção Social (RLIS) enquanto técnico de apoio ao funcionamento da comissão. Desta forma, estão reunidas as formalidades constantes no artigo 20.º n.º 1 da LPCJP onde refere que “a comissão restrita é composta sempre por número ímpar, nunca inferior a cinco membros que integram a comissão alargada” (p. 5).

Neste subcapítulo, pretende-se caracterizar os participantes, a partir de algumas das características sociodemográficas que constam da Parte I do questionário (Anexo B) nomeadamente: género, idade, grau académico, área de formação/profissão, função desempenhada e tempo de permanência na CPCJ de referência.

Após recolha dos questionários e feita a análise das respostas conclui-se que os profissionais que integram funções nesta CPCJ são maioritariamente do sexo feminino num total de 80% (n= 8) face aos 20% do sexo masculino (n=2).

Relativamente à idade, sabe-se que se situam entre os 30 e os 66 anos. Todos os participantes têm como habilitação académica mínima a licenciatura, porém, nos 10, há dois com pós-graduação e um com mestrado, distribuindo-se por sete áreas de formação, a saber: psicologia (n=1), educação social (n=1), sociologia (n=1), enfermagem (n=1), forças de segurança (n=1), serviço social (n=2) e ensino (n=3). Todos são gestores de processos, à exceção do(a) presidente e do(a) comandante das forças de segurança que não têm processos atribuídos. Mantendo a tendência dos últimos anos, o cargo de presidência em cerca de 48,7% é exercido por membros que representam o município. Estas são informações que constam do relatório de atividades das CPCJ de 2016 (CNPCJR, 2017). Neste contexto de estudo, a tendência confirma-se visto que o cargo de presidência é ocupado por um representante do município. A par da função de técnico gestor de processos, os restantes 8 elementos desempenham funções acrescidas como: secretária, de acordo com o n.º 2 e 3 do artigo 23.º da LPCJP, que substitui o(a) presidente nas suas faltas e impedimentos; três elementos cooptados que desempenham funções em Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS); um reforço técnico que pertence ao SAAS; e ainda, os quatro representantes que obrigatoriamente são parte integrante do plenário (os representantes do município, da educação, saúde e segurança social). Este carácter de obrigatoriedade passa a exclusivo em algumas das representações. À letra da lei, o mandato é designado por um período de três anos renovável por duas vezes (art.º 26.º LPCJP). Porém, dada a exclusividade de alguns representantes, estes vêm-se obrigados a renovar sucessivamente o seu mandato na comissão, o que justifica que algumas das respostas excedam o limite máximo de permanência.

5.4- Instrumentos

No decorrer desta investigação, de carácter exploratório, recorreu-se ao inquérito por questionário. Esta é uma técnica de excelência que permite ao investigador obter informação que não se encontra facilmente disponível (Antunes, 2012). Segundo o mesmo autor, o inquérito por questionário caracteriza-se por ser uma “técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vividas...” (p.32).

A estrutura do questionário (Anexo B), construído para o efeito, inclui uma primeira parte de caracterização sociodemográfica (género, idade, habilitações literárias e área de formação) e uma segunda seção em que os participantes, depois de analisarem dois segmentos relativos a dois acórdãos, terão de selecionar uma MPP a tomar e justificar, numa questão de resposta não estruturada, os motivos subjacentes à sua tomada de decisão. Salienta-se que, em momento algum, os segmentos de acórdão selecionados identificam a decisão judicial sobre a MPP.

Esta segunda parte pretende registar, analisar e comparar as perceções individuais relativamente às medidas de promoção e proteção adotadas, assim como os fundamentos que justificam a tomada de decisão. Os sujeitos tiveram como guia de orientação dois acórdãos judiciais dos quais se transcreveram os factos estritamente necessários para que pudessem fundamentar a sua decisão, como já referimos, sem nunca terem acesso à decisão final proferida pelo tribunal. Esta opção foi tomada, uma vez que um dos principais objetivos consiste em comparar a decisão proferida entre os diferentes técnicos, mas também o grau de concordância/discordância com a decisão emanada pelo tribunal. O investigador, na seleção dos dois acórdãos, optou por apresentar decisões que tenderam para uma medida de promoção e proteção em regime de colocação (acolhimento residencial e medida de confiança a pessoa selecionada para adoção, a família de acolhimento ou a instituição com vista à adoção). Tais medidas são referentes ao Caso A e B em anexo ao questionário.

O primeiro acórdão (Caso A) provém de um Tribunal da Relação que, sumariamente, apela por interposição de recurso da decisão que determinou a substituição da medida de apoio junto dos pais, pela medida de acolhimento residencial, após incumprimento reiterado do APP. Analisados os factos, esta apelação revelou-se improcedente, tendo o referido tribunal reiterado a decisão recorrida de medida de acolhimento residencial para os menores N. e A., pelo período de um ano. O segundo acórdão, previsto no caso B, provém de outro Tribunal da Relação e também ele apela a uma revogação da sentença e a uma substituição da decisão, que se confirmou igualmente improcedente. Atenta a tenra idade do menor, decurso do tempo de institucionalização e o direito de lhe ser concedida proteção da sociedade e do Estado, foi decisão deste tribunal aplicar a medida prevista no artigo 35.º, n.º 1 alínea g) da LPCJP decidindo confiar a criança ao Instituto da Segurança Social, com vista à sua futura adoção.

Neste seguimento, há lugar à aplicação dos artigos 1974.º e 1978.º - A, ambos previstos no Código Civil, decretando este último a inibição do exercício das responsabilidades parentais dos progenitores relativamente ao filho.

5.5- Procedimento

Para poder avançar com a recolha de dados, procedeu-se a um prévio contacto formal, via email, com a presidente da CPCJ em causa, no sentido de efetuar um pedido de colaboração, bem como o respetivo consentimento informado (Anexo C), para proceder à aplicação do inquérito por questionário.

Posta a viabilidade de prosseguir com o estudo, foi-nos facultado o número previsível de participantes, que atualmente integram a modalidade restrita desta CPCJ.

O procedimento de preenchimento dos inquéritos, foi previamente articulado com a Sra. Presidente e Secretária, tendo sido estipulado período razoável para preenchimento e devolução dos mesmos.

Aquando da aplicação do instrumento, os sujeitos inquiridos foram previamente e devidamente informados dos procedimentos associados à sua participação, que constam da declaração de consentimento utilizada para o efeito, a fim de garantir os cuidados éticos envolvidos em qualquer processo de investigação (Anexo D).

5.6- Procedimentos de análise dos dados

Para a análise dos dados, foi necessário comparar a decisão dos técnicos com a do Tribunal presente no acórdão e proceder depois a análise de conteúdo das respostas às questões não estruturadas sobre os motivos subjacentes às decisões tomadas em relação aos dois casos.

5.7. Apresentação e discussão de resultados

Analizadas as opções selecionadas no primeiro caso, conclui-se que, dos 10 participantes, 3 selecionaram a medida a) apoio junto dos pais, 4 a medida f) acolhimento residencial, opção que vai ao encontro da medida decretada pelo tribunal, e 3 dos inquiridos optaram por não selecionar qualquer alternativa, justificando que este primeiro exemplo não dispõe de informações factuais suficientemente claras que sustentem a sua decisão.

Neste primeiro caso houve disparidade nas decisões tomadas pelos técnicos, ao contrário do que se verifica no Caso B, em que nove participantes tenderam para a mesma tomada de decisão - confiança a pessoa selecionada para adoção, a família de acolhimento ou a instituição, com vista à adoção, o que por sua vez vai ao encontro da decisão do tribunal.

Ainda referente ao Caso A, os fundamentos apresentados pelos três técnicos que selecionaram a medida de apoio junto dos pais, centram-se, especificamente, nas idades dos jovens em análise, referindo-se como sendo idades tardias para beneficiar de institucionalização ressaltando que a intervenção não se revelaria oportuna e atempada. Por sua vez, estes técnicos evidenciam e priorizam, neste caso em específico, a necessidade de se proceder a um trabalho de estreita articulação com outros organismos envolventes como a equipa do Rendimento Social de Inserção (RSI), de forma a ser possível trabalhar com a mãe, enquanto figura de referência, algumas das competências básicas ao nível pessoal, social e parental. Concomitantemente, justificam a escassez de respostas comunitárias, nestas faixas etárias, como condicionante à aplicação de medida em regime de colocação. Por outro lado, as crenças e valores culturais, desta minoria étnica foram, por três técnicos tidos em consideração quando referem, por exemplo, “... a etnia cigana é compreendida só no seu meio”.

Passemos agora a analisar outros fundamentos que originaram outras tomadas de decisão. Após leitura e análise do caso A, 4 técnicos assinalaram a medida f) acolhimento residencial como sendo a medida mais aconselhável destacando o incumprimento reiterado do APP por parte da progenitora, a incapacidade desta em assegurar o crescimento e desenvolvimento integral dos menores e a não existência de família alargada para intentar a medida de apoio junto de outro familiar, como fundamentos básicos no qual sustentaram a sua decisão.

Quanto ao caso B, as decisões foram mais consensuais e homogéneas, não havendo grande disparidade na informação prestada. A maioria dos participantes foi ao encontro da decisão proferida pelo tribunal tendo selecionado a alínea g), tendo somente um dos técnicos escolhido a alínea f) acolhimento residencial, alegando que não estão legalmente reunidas condições que consintam a intervenção da CPCJ, atendendo à recusa de um dos progenitores, contrapondo uma retirada de emergência, ao abrigo do artigo 91.º da LPCJP.

Feita uma análise dos fundamentos para a aplicação desta medida, destacamos a ausência total de competências parentais, pessoais e sociais para entregar o bebé à mãe, uma vez que os progenitores reconhecem não ter eles próprios capacidades para assegurar o saudável desenvolvimento da criança; a inexistência de retaguarda familiar, não sendo a família alargada resposta e ainda a vontade expressa do progenitor em entregar o filho para adoção. A junção destas condicionantes expõem o menor a uma situação de perigo eminente, justificando-se a decisão proferida no artigo 35 n.º 1, alínea g), previsto na LPCJP.

Na Figura 6 é apresentada uma representação gráfica de ambos os casos, A e B, nomeadamente das medidas de promoção e proteção escolhidas pelos técnicos que foram alvo do presente estudo. Salientamos que, no Caso A, 3 técnicos não proferiram o seu parecer. Da legenda, além da opção sem resposta, que o investigador considerou oportuno colocar dado que influenciará a análise dos dados recolhidos, constam as sete alternativas possíveis aos técnicos de selecionar e que por conveniência aqui se encontram representadas por alíneas que têm igual correspondência com as alíneas previstas no artigo 35.º n.º 1 da LPCJP (a) apoio junto dos pais; b) apoio junto de outro familiar; c) confiança a pessoa idónea; d) apoio para a autonomia de vida; e) acolhimento familiar; f) acolhimento residencial e g) confiança a pessoa selecionada para a adoção, família de acolhimento ou a instituição com vista à adoção).

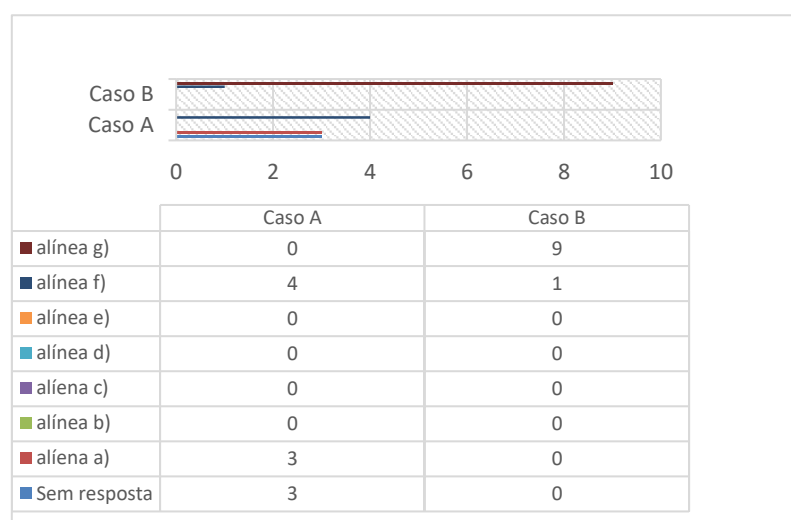


Figura 6. Representação das respostas obtidas face às MPP

No primeiro acórdão, Caso A, os jovens estão expostos a uma situação de perigo cujo o direito à educação se encontra comprometido, motivado exatamente pelo absentismo/abandono escolar precoce. Nos autos, a progenitora declarou que os menores não se encontram motivados para frequentar a escola, porém, outros excertos apontam que estas faltas se devem, por exemplo, a ausências para ir visitar o progenitor ao estabelecimento prisional, ou ainda para ficar a tomar conta dos outros irmãos, [...A. declarou que não ia à escola porque ficava muitas vezes a cuidar dos irmãos...]. No relatório solicitado pelo Tribunal [... a escola informou que os alunos continuavam sem comparecer na escola bem como a encarregada da educação...], [... às primeiras horas da manhã continuam a faltar sempre...], [... chegam a não estar presentes na escola dias inteiros...], [... ambos os menores conduzem, assim, o seu processo formativo, sem a imposição de regras por parte do adulto, estando entregues a eles próprios neste âmbito].

Tendo por base os dados estatísticos divulgados no relatório de atividades da CPCJ, no ano de 2016, 15,9% das situações de perigo comunicadas incidiram exatamente nesta vertente. A superá-la encontra-se o mau trato por negligência com 19,5% dos casos sinalizados. Este tipo de mau trato está caracterizado com maior incidência no Caso B, do qual passamos a retirar alguns excertos do acórdão como exemplo: [... apresentava-se suja, com mau cheiro, com o “rabo assado ...], [... a progenitora não adquiriu o medicamento para tratar o filho...], [... assumiu não ter dado banho ao filho...], [... A progenitora revela dificuldade/incapacidade em assumir os cuidados básicos da criança...], [...apresentava as roupas e as tetinas do biberão bastante sujos...], [... surgia nas consultas de vigilância/avaliações com apresentação descuidada e com acentuada falta de asseio a nível corporal e do vestuário, emanando um odor nauseabundo...]. Os exemplos descritos consubstanciam uma situação de negligência grave, que consiste na omissão de prestação de cuidados ao nível da alimentação, vestuário e saúde. Assim sendo, existe decerto legitimidade para a intervenção em ambos os casos, de acordo com o artigo 3.º alínea g) e alínea c) da LPCJP (p. 15), pois considera-se que a criança está em perigo, uma vez que, no caso A, “assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetam gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação” e, no Caso B, “não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal”.

Determinadas características assumiram maior impacto na tomada de decisão, como por exemplo, a idade dos menores referenciou-se como uma das características pessoais que condicionou a tomada de decisão e a aplicação de medida em meio natural de vida ou em regime de colocação.

Fazendo uma análise sistematizada dos resultados obtidos, constata-se que, no Caso B, as respostas obtidas foram conformes entre os diferentes grupos profissionais e a decisão final que consta do acórdão, ao invés do Caso A em que se obtiveram decisões mais diferenciadas.

No Caso A, três dos técnicos ponderaram as vantagens e desvantagens da retirada à família de origem e consideraram que, à data dos factos, os menores com 13 e 14 anos apresentam uma idade tardia para beneficiarem de uma institucionalização, como tal, o parecer tendeu para a medida de apoio junto dos pais, artigo 35.º alínea a) da LPCJP que, de acordo com o artigo 39.º (p. 23), “consiste em proporcionar à criança ou jovem apoio de natureza psicopedagógica e social e, quando necessário, ajuda económica”. Nesta tomada de decisão os técnicos tiveram em consideração os princípios a que deve obedecer a intervenção e que constam do artigo 4.º da LPCJP, mas especialmente destaca-se o princípio da prevalência da família.

Contrariamente, o caso B retrata um abuso cometido para com um bebé e 90% tenderam para aplicação da medida constante do artigo 35.º n.º 1 alínea g) da LPCJP que, segundo o artigo 38.º (p.22), “consiste na colocação da criança ou do jovem sob a guarda de candidato selecionado para a adoção pelo competente organismo de segurança social, ou na colocação da criança ou do jovem sob a guarda de instituição com vista a futura adoção, quando não existam ou se encontrem seriamente comprometidos os vínculos afetivos próprios da filiação”. Parte-se para esta medida, por exemplo, se tiver havido consentimento prévio para a adoção, situação que se verificou reiteradamente por parte do progenitor do bebé referido no Caso B [... no dia 13 de março de 2015 o progenitor da criança declarou não consentir a intervenção da CPCJ e manifestou nos autos ser sua vontade que o filho seja encaminhado para a adoção...],[... o progenitor confirmou a sua vontade em dar o seu consentimento para adoção do filho, vontade que reiterou no Debate Judicial, assumindo não ter condições para o poder criar...].

Aquando aplicação dos questionários, procedeu-se a uma seleção criteriosa da informação prestada, de forma a resguardar a decisão do tribunal e assim evitar condicionar a opinião dos técnicos. Alguns dos inquiridos mediarão a sua decisão tendo por base, a medida de promoção e proteção aplicada anteriormente, ou porventura trabalho desenvolvido, ou não, junto das famílias para atenuar e/ou minimizar a situação de risco. O incumprimento reiterado do Acordo de Promoção e Proteção, informação esta disponibilizada em ambos os acórdãos, verificou-se como um indicador de que o trabalho efetuado anteriormente junto das famílias foi infrutífero e que haverá risco de perpetuação do abuso se permanecer na família de origem. Este indicador fundamentou, em ambos os casos, a determinação maioritária de medidas em regime de colocação. A decisão dos técnicos também foi formada pela ausência notória de competências parentais, pessoais e sociais das figuras de referência (progenitoras) assim como, a ausência de família alargada detentora de competências para ser aplicada medida de apoio junto de outro familiar proporcionadora da continuidade de estabelecimento de relações entre os menores e a família de origem. Por outro lado, existem fatores que não foram descritos pelos sujeitos como sendo primordialmente relevantes para a sua tomada de decisão. O nível socio económico das famílias por exemplo, não foi valorizado por nenhum dos técnicos. Este indicador vai ao encontro do estudo de Santos (2012) mencionado ao longo do contexto de elaboração deste estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proteção de menores constitui-se uma preocupação relativamente recente em Portugal. São vários os esforços a nível nacional e internacional que têm culminado na criação de instrumentos legislativos em prol da defesa e proteção dos direitos das crianças. Ao longo deste trabalho, foram descritas algumas destas etapas evolutivas como a criação de diplomas legais e a emergência de entidades que assumem especial relevância nesta matéria. Neste âmbito, o papel dos técnicos que exercem funções diretamente relacionadas com a implementação destas medidas legais, revela-se fundamental, sendo eles o sujeito alvo da presente investigação.

Com este estudo, propusemo-nos a compreender de que forma e quais os critérios tidos em consideração pelos técnicos da CPCJ, para fundamentarem a sua tomada de posição e, conseqüentemente, as medidas de promoção e proteção a aplicar. Os profissionais incluídos no estudo foram os 10 técnicos que atualmente fazem parte da comissão restrita de uma CPCJ da zona Centro do país que aceitou colaborar nesta investigação.

Após preenchimento do instrumento procedeu-se à análise dos dados, tendo-se retirado algumas ilações que ajudam a complementar a revisão da literatura. Neste sentido, os resultados obtidos permitiram compreender quais as características que os técnicos da CPCJ escolhida para o estudo consideram como preponderantes para determinar as medidas de promoção e proteção a aplicar.

Ao longo do estudo, temos vindo a referir que algumas características pessoais como o sexo, a idade e/ou as habilitações literárias dos técnicos podem influenciar e condicionar a tomada de decisão. Porém, no presente estudo, estas variáveis não assumiram relevância. Face aos resultados obtidos, pode-se concluir que não se sentiu disparidade de opinião em função da categoria dos grupos profissionais envolvidos. Por outro lado, podemos considerar, face às respostas apresentadas e testemunhadas presencialmente, que a experiência profissional gerou algum impacto na tomada de decisão. Na ótica dos técnicos inquiridos, o mote é a prevenção. Como tal, perante a vasta experiência e alguns casos de insucesso, dos quais têm conhecimento de causa, as tomadas de decisão no Caso A resultaram em sete respostas com a medida de acolhimento

residencial, parecer este que foi ao encontro do determinado pelo tribunal. Quanto ao Caso B, obteve concordância total para a medida confiança a pessoa selecionada para adoção, a família de acolhimento ou a instituição com vista à adoção, que também vai ao encontro da decisão reportada no acórdão. Em nenhum dos casos apresentados, os técnicos ponderaram a medida de apoio junto de outro familiar. Esta escolha também se prendeu com a avaliação feita acerca da dinâmica familiar, do contexto e da existência de retaguarda idónea e capaz de assegurar o papel de educador. Em ambos os casos, o contexto familiar em que os menores se inserem é desestruturado e os progenitores não demonstram colaboração com os serviços manifestando resistência ao seu próprio processo de mudança.

Perante a tomada de posição dos três técnicos que, no Caso A, selecionaram a medida de apoio junto dos pais, considera-se que estes, na lógica de Alicke e Weigold, 1990 (cit. por Santos, 2012) fizeram uma avaliação *input* atendendo que “basearam a sua decisão em informação relevante, ponderando as desvantagens e vantagens de todas as alternativas sem deixar de demonstrar motivos e intenções que primem pela proteção dos menores” (p. 17). Essencialmente, fizeram um balanço acentuando características demográficas dos menores como a idade e a etnia. Fomentaram a sua decisão na idade tardia para beneficiarem de institucionalização, bem como em que o absentismo escolar está associado às características e crenças da sua etnia que desvaloriza a Escola. De referir, também, que esta tomada de decisão se prendeu com fatores externos, nomeadamente o défice ou inexistência de respostas na comunidade que se comprometam a receber jovens nesta faixa etária. No caso B, a concordância total relativa à medida de promoção e proteção mais gravosa prendeu-se com a idade precoce do menor, o grau de perigo apresentado, tipologia do abuso de negligência severa, risco de recorrência, vontade expressa do progenitor em querer entregar o filho para adoção, como ainda inexistência de retaguarda familiar que pudesse justificar a medida de apoio junto de outro familiar.

No decorrer do estudo empírico, o investigador deparou-se com alguns constrangimentos essencialmente no que se refere às dificuldades que resultaram da demora no preenchimento do instrumento de recolha de dados, bem como o desinteresse sentido junto de alguns dos participantes em manifestar o seu parecer. Toda e qualquer

intervenção deve resultar de uma correta avaliação e da existência de situações de perigo e risco para a criança e/ou jovem pois só assim, é possível proceder à aplicação de uma medida de promoção e proteção que vise atuar na situação/problema identificado. Esta escolha deverá ser orientada pelos princípios da intervenção, ao abrigo do artigo 4.º da LPCJP. O investigador justifica esta posição tendo por base a ausência de pressão exigida aos técnicos para obterem uma resposta credível e que fosse ao encontro de uma solução para o problema identificado, pois apesar de se terem utilizado casos verídicos, as decisões já tinham sido decretadas. Por outro lado, sentiu-se insegurança dos técnicos em responder e proferir uma decisão baseada em factos de um caso que lhes é inteiramente desconhecido e do qual obtiveram escassa informação. Um dos técnicos no Caso A selecionou a alínea f) mas redige, no seu parecer, que a alínea selecionada foi a opção escolhida, mas com reservas pois a ausência de informação limita a decisão. Esta dificuldade e reservas em proferir uma decisão sustenta o grau de complexidade que está associado à tomada de decisão.

É deveras uma temática interessante até porque através da revisão da literatura é notória a diminuta informação existente nesta área, porém, consideramos que aprofundar e obter resultados mais amplos seria fundamental sendo para tal necessário envolver um número maior de sujeitos nesta investigação e até mesmo em áreas geográficas diferentes até porque, os resultados apresentados neste estudo estão limitados pelo número de participantes envolvidos. Com efeito, haverá necessidade de explorar estas questões através de uma metodologia quantitativa. Estas são algumas das limitações sentidas e que, para investigações futuras, podem ser tidas em conta para melhorar e enriquecer o estudo já efetuado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APAV. (2011). *Manual crianças e jovens vítimas de violência: compreender, intervir e prevenir*. Lisboa: APAV.
- Batista, A, F, S. (2011). *Percepção dos técnicos relativamente às decisões tomadas pelas CPCJ e pelos tribunais em relação às crianças e jovens em perigo* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real.
- Canotilho, J, J, G. & Moreira, V. (2007). *Constituição da Republica Portuguesa* (4ª Ed., Vol. I). Coimbra: Coimbra Editora.
- CNPCJR. (2017). *Relatório de Avaliação da Atividade das CPCJ- 2016*. Lisboa: CNPCJR. Obtido de http://www.cnpcjr.pt/preview_documentos.asp?r=6508&m=PDF
- CNPCJR. (s.d.) *Promoção e Proteção dos Direitos das crianças: Guia de orientações para os profissionais da ação social na abordagem de situações de maus tratos ou outras situações de perigo*. Disponível em http://www.cnpcjr.pt/%5Cdownloads%5CGuia_acciao_social.pdf
- Constituição da Republica Portuguesa*: Sétima revisão constitucional (2005). Lisboa: Assembleia da Republica.
- Decreto-Lei n.º 12/2008, de 17 de janeiro. Diário da República: 1.ª série, N.º 12 (2008)
- Decreto-Lei n.º 11/2008, de 17 de janeiro. Diário da República: 1.ª série, N.º 12 (2008)
- Graça, A., & Passos, A. (s.d.). O papel da liderança de equipas no contexto das comissões de proteção das crianças e jovens. In M, M, Calheiros, M, V, Garrido, & S, V, Santos (Orgs). *Crianças em risco e perigo: Contextos, Investigação e Intervenção* (Vol. .2) (pp. 54-76). Lisboa: Edições Sílabo.
- Guerra, P. (2016). *Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo - Anotada* (2.ª Ed.). Coimbra: Editora Almedina.
- Henriques, S, M.C. (2016). *Fatores promotores e inibidores da intervenção dos técnicos das CPCJ* (Projeto de Mestrado). Escola Superior de Educação de Viseu, Viseu.
- Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de agosto. Diário da República: I Série- A, N.º 155 (2005)
- Lei nº 142/2015, de 8 de setembro. Diário de República: 1.ª Série, N.º 175 (2015)
- Lei nº 147/99, de 1 de setembro. Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo. Diário de República: 1.ª Série -A, n.º 204 (1999)
- Magalhães, T. (2005). *Maus tratos em Crianças e Jovens: Guia prático para profissionais* (4ª Ed.). Coimbra: Quarteto.

- Oliveira, A, F, F. (2014). *Padrões e processos de comunicação e de tomada de decisão nas CPCJ e Tribunais: Mediação e plataformas de consenso*. (Dissertação de Mestrado). Universidade do Minho, Braga.
- Oliveira, C, F, M. (2016). *A criança em perigo e os adultos que decidem por ela: Fatores de influência na morosidade processual de crianças e jovens em ambiente extrafamiliar temporário* (Tese de Doutoramento). ISCTE-IUL, Lisboa.
- Organização das Nações Unidas. (1959). *Declaração dos Direitos da Criança*. Obtido de https://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf
- Pereira, P. (s.d.). Guião de Conceptualização de aso de crianças (6-11 anos) em situação de perigo. In M, M, Calheiros, M, V, Garrido & S, V, Santos (Orgs). *Crianças em risco e perigo: Contextos, Investigação e Intervenção* (Vol. .2) (pp.104-137). Lisboa: Edições Sílabo
- Reis, V, J, O. (2009). *Crianças e Jovens em Risco: Contributos para a organização de critérios de avaliação de factores de risco* (Tese de Doutoramento). Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Coimbra.
- Rocha, I. (coord.). (2013). *Código Civil* (16.^a Ed.). Porto: Porto Editora
- Rocha, I. (coord.). (2014). *Código Penal* (4.^a Ed.). Porto: Porto Editora
- Santos, A, I, F. (2012). *Tomada de decisão de profissionais sobre a retirada de menores à família biológica* (Dissertação de Mestrado). Universidade do Minho, Braga.
- Sousa, T, S. (2013). *Os filhos do silêncio: Crianças e jovens expostos à violência conjugal – um estudo de casos* (Dissertação de Mestrado). Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, Lisboa.

ANEXOS

Anexo A

Cronograma do projeto de investigação

Período Atividades	Ano 2016 novembro	Ano 2016 dezembro	Ano 2017 1.º trimestre	Ano 2017 2.º trimestre	Ano 2017 3.º trimestre
Definição do tema					
Exploração bibliográfica, definição do plano de investigação e contactos informais para aceder aos participantes					
Entrega do pré projeto			7 janeiro		
Revisão da literatura, preparação do instrumento, pedidos de autorização formais e início da redação do projeto					
Recolha e análise de dados; conclusão da redação do projeto					
Entrega do projeto final					10 novembro

Anexo B

Questionário de Avaliação – Tomada de decisão dos técnicos da CPCJ na aplicação de Medidas de Promoção e Proteção



QUESTIONÁRIO



O questionário tem como objetivo recolher informação para a elaboração do Projeto Final do Mestrado de Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco, da Escola Superior de Educação de Viseu e destina-se a técnicos que exerceram ou exercem funções em CPCJ's.

Tem por objetivo recolher a opinião dos técnicos sobre Medidas de Promoção e Proteção.

*O preenchimento durará aproximadamente 15 minutos, é **anónimo e confidencial** e os dados recolhidos serão exclusivamente utilizados para fins de investigação científica. Pedimos-lhe que seja o mais rigoroso possível.*

Agradecemos, desde já, o seu contributo.

Parte I- Caracterização sociodemográfica

1. Dados pessoais

1.1- Género: Masculino ☐ Feminino ☐

1.2- Idade: _____

1.3- Habilitações literárias

- ☐ Licenciatura
- ☐ Pós-graduação
- ☐ Mestrado
- ☐ Doutoramento

1.4- Área de formação: _____

1.5- Profissão: _____

1.6- Função desempenhada na CPCJ: _____

1.7- Há quanto tempo exerce funções na CPCJ (Se inferior a 1 ano refira em meses ou dias)?

1.8- Indique aproximadamente o número de processos que de momento tem ativos
_____ Processos

Parte II- Leitura e análise dos acórdãos

Leia, por favor, com atenção os Casos A e B (apresentados em anexo) e em seguida responda às seguintes questões.

2. Que Medida de Promoção e Proteção propunha, se lhe fosse dada a possibilidade de decidir? (escolha apenas uma opção)

2.1 Caso A

- ☐ a) Apoio junto dos pais;
- ☐ b) Apoio junto de outro familiar;
- ☐ c) Confiança a pessoa idónea;
- ☐ d) Apoio para autonomia de vida;
- ☐ e) Acolhimento familiar;
- ☐ f) Acolhimento residencial;
- ☐ g) Confiança a pessoa selecionada para adoção, a família de acolhimento ou a instituição com vista à adoção;

2.1.1. Quais os fundamentos em que baseia a sua tomada de posição?

2.2. Caso B

- ☐ a) Apoio junto dos pais;
- ☐ b) Apoio junto de outro familiar;
- ☐ c) Confiança a pessoa idónea;
- ☐ d) Apoio para autonomia de vida;
- ☐ e) Acolhimento familiar;
- ☐ f) Acolhimento residencial;
- ☐ g) Confiança a pessoa selecionada para adoção, a família de acolhimento ou a instituição com vista à adoção;

2.2.1. Quais os fundamentos em que baseia a sua tomada de posição?

Caso A

“DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA CRIANÇA/JOVEM

Nome: **N.**

Data de Nascimento: **20-07-2000**

Nome: **A.**

Data de Nascimento: **15-07-1999**

1- Nas declarações prestadas em 06-2013, a progenitora A disse que os filhos N. e A. estão na escola e que o menor N. é que tem um pouco de dificuldades por ser surdo;

2- Em 06-2013, o menor N. declarou que não ia à escola porque ia visitar o pai à cadeia ou às consultas de especialidade, o menor A. declarou que não ia à escola porque ficava muitas vezes a cuidar dos irmãos, e ambos declararam que agora estão a ir as aulas;

3- Em 11-2013, a Assessoria Técnica aos Tribunais do ISSS remeteu para o tribunal Relatório Social relativo a ambos os menores, do qual se destaca o seguinte:

“CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO JURÍDICA DA CRIANÇA/JOVEM

Trata-se de uma família monoparental feminina de etnia cigana, com 8 filhos comuns. N. e A. continuam a residir com a progenitora. As outras duas filhas M. e S. não se encontram a residir com a progenitora, estando à luz da tradição cigana, casadas. O progenitor dos menores permanece detido no Estabelecimento Prisional. Os menores não se encontram a cumprir o Acordo de Promoção e Proteção, sendo justificado pela progenitora que os menores desde que o progenitor se encontra detido não se encontram motivados para frequentar a Escola.

NECESSIDADES DE DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA/JOVEM E AS COMPETÊNCIAS PARENTAIS

Esta ECJ solicitou informação à Escola sendo que a Professora C. referiu na informação que ‘os alunos só estiveram presentes na escola na primeira semana de aulas e em alguns momentos pontuais. Quando estiveram presentes, não tinham conhecimento do seu horário nem se faziam acompanhar de qualquer material escolar. Neste momento, a Encarregada da Educação, que nunca compareceu na escola, foi convocada para tomar conhecimento do excesso de faltas dos seus educandos, mas não compareceu. Tendo em conta que sou Diretora de Turma destes alunos pela primeira vez, e nunca antes tinha tido contacto com eles, não posso fornecer mais informações sobre os outros itens solicitados como higiene, saúde, agregado familiar, etc. ... pois o meu conhecimento sobre estes alunos é extremamente reduzido’.

PERPETIVA DOS INTERVENIENTES FACE À INTERVENÇÃO E EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO

Perspetiva da Família

Aquando da entrevista nos serviços, a progenitora verbalizou que os filhos estavam a frequentar a escola, sendo que apenas faltavam para se deslocar às consultas ou para visitar o pai no Estabelecimento Prisional. Referiu que o A. se encontrava a frequentar a Terapia da Fala na Escola, mencionando ainda que os filhos têm-se ‘portado bem’. Mencionou que os filhos se encontram a frequentar o 6º ano de escolaridade ...”

4- Em 01-2014, a Escola informou que os alunos continuavam sem comparecer na escola bem como a encarregada da educação ;

5- Em 05-2014, a Assessoria Técnica aos Tribunais do ISSS remeteu para o tribunal Relatório Social relativo a ambos os menores, do qual se destaca o seguinte:

DADOS MAIS RELEVANTES

Após diligência nesse Douto Tribunal em 03/2014, foi solicitada informação escolar por esta Equipa a qual se solicitou à escola de referência dos menores dos autos. A referida informação foi rececionada por esta Equipa em 05/2014, mencionando que ‘...

desde o dia seis de março que os dois alunos começaram a vir à escola, mas de forma muito pouco assídua e pontual. Às primeiras horas da manhã continuam a faltar sempre. Por vezes estão presentes às aulas das dez horas, mas chegando sempre atrasados e muitas vezes são os auxiliares de ação educativa que os levam às salas de aula. Chegam a não estar presentes na escola dias inteiros. É de salientar que quando estão presentes têm atitudes muito pouco corretas e agressivas para com os professores. Por exemplo, já chegaram a dizer que estão na escola porque os obrigam, para não perderem o subsídio ... Como diretora de turma continuo sem ter qualquer contacto pessoal com os alunos (porque ainda não vieram às minhas aulas), nem com o Encarregado da Educação.”

6- Em 06-2014, foi proferida a seguinte decisão:

“Iniciaram-se os presentes autos de Promoção e Proteção relativamente aos menores N. e A., por registo de absentismo/abandono escolar. Vejamos. Como bem salienta o Ministério Público, e resulta claramente do teor dos autos, após o completo abandono da atividade escolar, a partir do mês de março do corrente ano, os menores passaram a deslocar-se à escola, mas o absentismo e falta de pontualidade continuam a ser elevados, sendo certo que alguns dos professores nem os conhecem, por nunca terem comparecido às suas aulas.

Por outro lado, quando comparecem na escola, os menores não deixam de ser agressivos e desrespeitadores para com os professores. Ambos os menores, conduzem, assim, o seu processo formativo, sem a imposição de regras por parte do adulto, estando entregues a eles próprios neste âmbito. A progenitora não revelou no decurso deste período reunir qualquer capacidade e competência para conduzir o processo educativo dos dois filhos. Ou seja, verifica-se que a progenitora incumpriu reiteradamente as cláusulas do acordo de promoção e proteção, mostrando-se incapaz de assegurar o crescimento e desenvolvimento integral dos menores. Também não são conhecidas pessoas da família alargada ou outras que possam acolher os menores. Ora, atendendo aos princípios plasmados no art. 4º, alíneas a) e e) da L.P.P., nomeadamente ao interesse superior da criança e do jovem e da proporcional idade e atualidade, verificamos que o tempo do N. e do A. não é o tempo dos adultos e que os mesmos incorrem em **perigo** no que concerne à sua formação.

Caso B

Da 1.^a instância chegam-nos assentes os seguintes factos:

- 1.** A criança C... nasceu no dia 10.07.2014, sendo filho de B..., e D....
- 2.** A intervenção da CPCJ surge após sinalização pelo serviço de Apoio Social do Centro Hospitalar, do nascimento da criança, face à circunstância de a progenitora não reunir condições habitacionais nem económicas para garantir o sustento do filho e de o progenitor não ter assumido a respetiva paternidade.
- 3.** A criança é fruto de uma gravidez não planeada nem vigiada e padece de problemas do foro cardíaco, necessitando de vigilância médica regular, tendo a progenitora, quando soube que estava grávida, se deslocado ao Hospital a fim de interromper voluntariamente a gravidez, o que não foi possível ante o adiantado da mesma.
- 4.** Na sequência da sinalização à CPCJ do nascimento da criança e obtido o consentimento da progenitora, foi celebrado o respetivo Acordo de Promoção e Proteção.
- 5.** Em fevereiro de 2015 a educadora de infância sinalizou a situação da criança à CPCJ, pois apresentava-se suja, com mau cheiro, com o “rabo assado”, chegou a estar 15 dias sem tomar banho, e vestia roupa desadequada para a estação do ano.
- 6.** No dia 5 de março de 2015 a criança foi assistida no Centro Hospitalar onde lhe foi diagnosticada uma bronquiolite, com prescrição médica de antibiótico, mas a progenitora não adquiriu o medicamento para tratar o filho.
- 7.** Confrontada que foi com estes factos no dia 9 de março de 2015 a progenitora assumiu não ter dado banho ao filho em virtude de a bisavó materna do menor não permitir que o fizesse.
- 8.** No dia 13 de março de 2015 o progenitor da criança declarou não consentir na intervenção da CPCJ e manifestou nos autos ser sua vontade que o filho seja encaminhado para a adoção.

9. A progenitora revela dificuldade/incapacidade em assumir os cuidados básicos da criança, o agregado familiar em que se insere é disfuncional e conflituoso, para além de inexistir ali condições habitacionais adequadas à permanência da criança.

10. Efetivamente, para além de não ter adquirido a medicação para o filho após lhe ter sido diagnosticada uma bronquiolite, enquanto a criança esteve aos cuidados da mãe, desde 8 de agosto de 2014 a 9 de março de 2015, apresentava as roupas e as tetinas do biberão bastante sujos.

11. No período de tempo em que permaneceu aos cuidados da mãe com supervisão da avó materna e bisavó materna aferiu-se, na articulação entre o Centro de Saúde e o Gabinete de Apoio à Família que a criança surgia nas consultas de vigilância/avaliações com apresentação descuidada e com acentuada falta de asseio a nível corporal e do vestuário, emanando um odor nauseabundo e que a sua progenitora revelou limitações ao nível do exercício da sua parentalidade e de compreensão das instruções prestadas pelas equipas de enfermagem.

12. Por outro lado, a progenitora não consegue transmitir expectativas reais quanto ao seu próprio projeto de vida, da mesma forma que não demonstra esforços efetivos para se constituir como retaguarda para o filho, sendo submissa à sua avó.

13. A família alargada da criança (avó e bisavó maternas) não têm condições para acolher a criança, para além de que mantêm com a progenitora uma relação conflituosa.

14. Não são reconhecidas à progenitora capacidades/competências pessoais, sociais, estabilidade psico-emocional para a assunção do desempenho das funções maternas.

15. Não existe na família alargada pessoa com capacidade e ou disponibilidade para poder receber esta criança.

16. Ouvido que foi em declarações perante o Juiz, o progenitor confirmou a sua vontade em dar o seu consentimento para adoção do filho, vontade que reiterou no Debate Judicial, assumindo não ter condições para o poder criar.

Anexo C

Pedido de colaboração para aplicação do instrumento de recolha de dados

Exma. Sra. Presidente, da CPCJ de ...

02 de dezembro de 2016

Assunto: Pedido de colaboração para aplicação de instrumentos de recolha de dados

Inês Cardoso Garcia, estudante da Escola Superior de Educação de Viseu- IPV no âmbito do Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco, venho por este meio solicitar a V.^a Ex um pedido de colaboração para que no decorrer do projeto intitulado **“Tomada de decisão dos técnicos da CPCJ na aplicação de Medidas de Promoção e Proteção”** possa aplicar um instrumento de recolha de dados aos técnicos que desempenham funções na referida Comissão.

A recolha desta informação é deveras imprescindível para que possa elaborar um estudo mais preciso e científico no âmbito desta temática pelo que, estarei inteiramente disponível para esclarecer qualquer dúvida que possa surgir.

Sendo imperioso a brevidade da resposta para o prosseguimento do trabalho.

Aguardo atenciosamente

Com os melhores cumprimentos

Inês Cardoso Garcia

(Técnica Superior de Serviço Social)

Anexo D

**Consentimento informado para aplicação do
questionário**



CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E ESCLARECIDO PARA PARTICIPAÇÃO EM RECOLHA DE DADOS

Por favor, leia com atenção a seguinte informação. Se achar que algo está incorreto ou que não está claro, não hesite em solicitar mais informações. Se concorda com a proposta que lhe foi feita, queira assinar este documento.

Título do estudo: Tomada de decisão dos técnicos da CPCJ na aplicação de medidas de promoção e proteção.

Enquadramento: O estudo enquadra-se no âmbito do Projeto Final do Mestrado de Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco, da Escola Superior de Educação de Viseu.

Explicação do estudo: O presente estudo visa, essencialmente, compreender o processo de tomada de decisão dos técnicos afetos às Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) no âmbito da implementação das Medidas de Promoção e Proteção (MPP) de crianças ou jovens que se encontrem perante uma situação de perigo. Solicita-se a sua colaboração através da resposta às questões incluídas num inquérito por questionário de preenchimento simples e com uma duração estimada de 15 minutos.

Condições: O inquérito é de preenchimento individual, sendo muito importante a sinceridade nas suas respostas. É de salientar que não há respostas certas ou erradas, apenas a sua opinião é fundamental.

Confidencialidade e anonimato: O questionário é anónimo e confidencial e os dados recolhidos serão usados única e exclusivamente para efeitos de investigação.

Grata pela sua colaboração!

Inês Cardoso Garcia

Declaro ter lido e compreendido este documento, bem como as informações verbais que me foram fornecidas. Foi-me garantida a possibilidade de, em qualquer altura, recusar participar neste estudo sem qualquer tipo de consequências. Desta forma, aceito participar neste estudo e permito a utilização dos dados que de forma voluntária forneço, confiando em que apenas serão utilizados para este fim e nas garantias da confidencialidade e anonimato que me são dadas pelo/a investigador/a.

Nome: _____

Assinatura: _____

Data: ____/____/____